

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Mariléia Lúcia Stolz

**VIVÊNCIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES SURDOS NA UFSM:
INGRESSO, ADAPTAÇÃO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO**

Santa Maria, RS
2019

Mariléia Lúcia Stolz

**VIVÊNCIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES SURDOS NA UFSM: INGRESSO,
ADAPTAÇÃO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Psicologia**.

Orientadora: Samara Silva dos Santos

Santa Maria, RS
2019

Stolz, Mariléia Lúcia
Vivência acadêmica de estudantes surdos na UFSM:
Ingresso, adaptação, permanência e conclusão / Mariléia
Lúcia Stolz.- 2019.
85 p.; 30 cm

Orientadora: Samara Silva dos Santos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2019

1. Vivência dos Acadêmicos Surdos 2. Surdos
Universitários 3. Instituição de Ensino Superior para
Surdo I. Silva dos Santos, Samara II. Título.

Mariléia Lúcia Stolz

**VIVÊNCIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES SURDOS NA UFSM: INGRESSO,
ADAPTAÇÃO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Psicologia**.

Aprovado em 06 de setembro de 2019:

Samara Silva dos Santos, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Josiane Lieberknecht Wathier Abaid, Dra. (UFN)

Fabiane Adela Tonetto Costas, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, à comunidade surda, que me acolheu e me ensinou a sua língua, aos amigos e colegas que me auxiliaram nesses momentos de escrita e pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Venho aqui expressar a minha gratidão àqueles que, de alguma forma, foram a diferença que importou nesta trajetória que possibilitou de alguma maneira que esse caminho fosse percorrido.

- Agradeço primeiramente aos meus familiares: à minha irmã Maristela Stolz Brizzi, por me incentivar a fazer uma pesquisa que envolvesse as minhas duas paixões, a Psicologia e a Surdez.

- A Luiz e André, Carlise, Eduardo, Iuri e Maia, Ivanise e Arthur, Samuel e Izilindo, pela grande ausência na família em momentos que precisei me dedicar aos estudos.

- Aos meus amigos, pela compreensão de eu não conseguir estar tão presente na vida de vocês como gostaria. É nesses momentos que realmente a gente percebe quem são os nossos amigos irmãos.

- Às minhas filhas de coração caninas, Mel e Mica; agora vou conseguir dar mais atenção a vocês duas. Obrigada por estarem comigo. Mimosas!

- À minha orientadora, Professora Samara. Sem palavras para agradecer o quanto você impactou a minha vida, esteve presente e aceitou o desafio de orientar um tema tão diferente do contexto da Psicologia, algo totalmente novo para você. Aprendi que existe orientador que consegue ver o lado humano do seu orientando. Obrigada por todas as reflexões, conhecimentos e desafios que você me proporcionou.

- Aos surdos que me aceitaram na sua comunidade, que me ensinaram e continuam me ensinando sobre o viver em um mundo de silêncio, incompressível. Obrigada por me deixar entender e ajudar a vocês. Por me ensinarem a sua língua, sua identidade, a sua percepção de mundo.

- Aos meus colegas Psicólogos, que sempre me ajudaram a pensar e continuar nessa trajetória tão desconhecida pela categoria de profissionais. E incentivar a pesquisa nessa área.

- Aos meus colegas Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais espalhados por esse Brasil, pelos momentos que refletimos sobre como entender os surdos; pelos materiais que me enviaram; pelas construções e ajuda que tive de vocês. Sem isso, não teria chegado até o final.

- Grata pela minha Banca, por acompanhar este processo comigo e me auxiliar a melhorar as minhas reflexões, por ter aceitado dividir comigo os seus conhecimentos e me auxiliado a colocar esse turbilhão de informações no papel.

- E, o mais especial de tudo, a meus pais, Diolindo e Luiza Stolz, que não estão mais presentes entre nós, mas acredito que onde estiverem possam saber que perseverei no meu melhor bem, a minha formação. Obrigada por me encaminhar para o mundo dos estudos e dedicação. Vocês foram a base da minha vida. Vocês são eternos no meu coração.

- E a todos que de forma direta ou indireta estiveram no meu caminho, nessa relação que vai modificando algo em mim.

Simplesmente OBRIGADA!

“Sou feita de Retalhos”

Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma.
Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu
sou.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se
tornando parte da gente também.

Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...

Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...

Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados...

Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem
engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar
pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.

E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de
“nós”

(Cora Coralina).

RESUMO

VIVÊNCIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES SURDOS NA UFSM: ACESSO, ADAPTAÇÃO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO

AUTORA: Mariléia Lúcia Stolz
ORIENTADORA: Samara Silva dos Santos

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a vivência de estudantes surdos na Universidade Federal de Santa Maria. A revisão de literatura foi organizada em dois capítulos. O primeiro abordou o tema da surdez, visando aos aspectos legais de inclusão, história, identidade e cultura; o segundo, surdos no ensino superior. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou o Estudo de Caso como uma estratégia para compreender o fenômeno da vivência acadêmica em estudantes surdos. A coleta de informações ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, realizada com cinco acadêmicos surdos matriculados. Espera-se que a análise das informações coletadas possa auxiliar a compreensão da realidade vivenciada pelos acadêmicos surdos.

Palavras-Chave: Vivência dos Acadêmicos Surdos. Surdos Universitários. Instituição de Ensino Superior para Surdo.

ABSTRACT

ACADEMIC EXPERIENCE OF DEAF STUDENTS AT UFSM: ACCESS, ADAPTATION, PERMANENCE AND CONCLUSION

AUTHOR: Mariléia Lúcia Stolz
ADVISOR: Samara Silva dos Santos

This research aimed to understand the experience of deaf students at Universidade Federal de Santa Maria. The literature review was organized into two chapters. The first addressed the topic of deafness, aiming at the legal aspects of inclusion, history, identity and culture; the second chapter deals with the deaf in higher education. This is a qualitative research that used the Case Study as a strategy to understand the phenomenon of five case studies, related to the academic experience of deaf students enrolled, in various undergraduate courses, with the age group of twenty four years up to thirty four years. Information was collected through semi-structured interviews, performed in Brazilian sign language, and later it was transcribed in Portuguese. It is hoped that the analysis of the collected information can help on the comprehension of the reality experienced by deaf academics.

Keywords: Deaf Academics Experience. Deaf University Students. Higher Education Institution for the Deaf.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estudantes ativos, inativos e formados	19
---------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de estudantes surdos que ingressaram na UFSM e número de Tradutores Intérpretes de Libras	17
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAEd	Coordenadoria de Ações Educacionais
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DA	Deficiente Auditivo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ES	Ensino Superior
FADERS	Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
GIPES	Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LS	Língua de Sinais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
QVA-r	Questionário de Vivência Acadêmica
SIE	Sistema de Informação para o Ensino
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TA	Tecnologia Assistiva
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TILS	Tradutora Intérprete de Língua de Sinais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	13
1	INTRODUÇÃO	14
2	JUSTIFICATIVA	16
3	PROBLEMA	20
4	OBJETIVOS	21
4.1	OBJETIVO GERAL	21
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
5	REVISÃO DE LITERATURA	22
5.1	SURDOS: ASPECTOS LEGAIS, HISTÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA	22
5.2	SURDOS NO ENSINO SUPERIOR	30
6	MÉTODO	37
6.1	DESENHOS DO ESTUDO	37
6.2	PARTICIPANTES	37
6.3	INSTRUMENTOS.....	40
6.4	PROCEDIMENTOS ÉTICOS, DE ACESSO AOS PARTICIPANTES E COLETA DE INFORMAÇÕES	41
6.5	ANÁLISES DOS DADOS.....	43
7	RESULTADO E DISCUSSÃO	44
7.1	DIAGNÓSTICO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA	44
7.2	VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA: INGRESSO, ADAPTAÇÃO E PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO	50
7.3	PLANOS FUTUROS	61
8	CONCLUSÕES	64
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	73
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO <i>ONLINE</i>	77
	ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	81
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	82

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação compõe a pesquisa intitulada “Vivência Acadêmica dos Estudantes Surdos na UFSM: acesso, adaptação, permanência e conclusão”.

O interesse na área temática investigada advém de minha experiência na clínica de psicologia e também da minha atual função profissional como Tradutora Intérprete de Língua de Sinais (TILS), no espaço acadêmico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A dissertação foi organizada em capítulos contendo as partes fundamentais: Introdução, Revisão de Literatura, Método, Resultados, Discussão e Considerações Finais. A opção por apresentar o trabalho em formato de dissertação, em vez de organizá-lo por meio de artigos, decorre da ideia de uma leitura que contemple a integralidade dos resultados analisados e também do fato de que as sugestões e considerações das professoras que compõem a banca avaliadora serão ponderadas com vistas a futuras submissões de trabalhos.

Na Introdução, é explanado sobre a realidade da UFSM, de como é a vivência dos acadêmicos surdos, desde o seu acesso, permanência até a conclusão de curso, além de toda a pesquisa e a postura metodológica que será adotada, sendo a pesquisa contextualizada. A Revisão de Literatura apresenta questões legais, identidade, como elementos da história. O percurso metodológico e o Método adotado demonstram o desenho da pesquisa. Os Resultados e a Discussão são apresentados a partir de três categorias de análise: 1) Diagnóstico e Identidade Surda; 2) Acesso, Permanência e Conclusão; e por último 3) Planos para o futuro. Finaliza-se com a discussão dos dados coletados, possibilitando mostrar um pouco da vivência desses acadêmicos no ensino superior.

1 INTRODUÇÃO

O acesso de pessoas ao ensino superior tem se modificado com o passar do tempo, principalmente pela interferência das políticas de acesso e pela atual conjuntura sociocultural e econômica do nosso país. Hoje, o espaço acadêmico é feito de diversidades. Diversidade esta que foi conquistada graças às Ações Afirmativas, as quais foram implantadas em algumas Instituições de Ensino Superior (IES), tentando atender os menos favorecidos.

Nesse contexto de diversidades nas IES estão inseridos os acadêmicos surdos, buscando uma formação profissional. Ao entrar no espaço universitário, o acadêmico surdo se depara com uma nova realidade distinta da qual estava familiarizado no ensino médio. Neste novo contexto, frequentemente não conta com alguém da família por perto, tampouco com professores que falam em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Entretanto, passam a poder contar com a presença de um TILS.

Alguns acadêmicos surdos têm o primeiro contato com a inclusão, onde o espaço majoritário é ouvinte, apenas na universidade. Os surdos que ingressam no ensino superior frequentemente são oriundos de escolas bilíngues. Nessas escolas, o professor ensina o conteúdo em Libras e não há a presença de TILS na sala de aula. Dessa forma, uma das primeiras barreiras que se apresenta ao estudante surdo no contexto universitário é a comunicação, a adaptação para se comunicar com os professores e colegas ouvintes.

No caso da UFSM, os estudantes surdos são oriundos de diversos lugares do Brasil. A instituição introduziu a política de Ações Afirmativas no ano de 2007, muito antes da implantação da Lei nº 12.711, no dia 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012a) e se tornou uma referência para outras IES.

Observa-se, no contexto histórico da UFSM, que esta é uma instituição preocupada com a acessibilidade para os menos favorecidos. Na Universidade foi criado para os surdos o vestibular em Libras, garantido a presença de TILS no momento da prova, com o objetivo de diminuir a barreira comunicacional destes no processo seletivo. Essa iniciativa colaborou para aumentar o índice de procura de vestibulandos surdos pela instituição, atendendo as necessidades básicas de inclusão, na medida em que se evidencia uma preocupação em diminuir a barreira comunicacional.

Além da comunicação, outra barreira que estudantes surdos enfrentam e compartilham com estudantes ouvintes, por exemplo, diz respeito ao ingresso no ensino superior, o qual pode vir acompanhado da saída da casa dos pais ou familiares. Assim como acadêmicos ouvintes, há acadêmicos surdos que se deslocam de sua cidade de origem, afastando-se de seus

familiares, amigos e mudam para a cidade universitária, em busca de uma formação profissional. Juntamente com essa mudança, o estudante se depara com uma realidade distinta, a qual, às vezes, nunca experimentou em sua vida, buscando a sua autonomia, conhecimento, aprendizagem e se tornando um adulto.

A inclusão por si só não existe. O estudante precisa passar por um processo de acolhimento, fazendo as devidas adaptações necessárias para que se sinta inserido nesse novo contexto. Se, por um lado, a efetividade da inclusão passa pelo oferecimento de suporte e serviços específicos que possibilitem criar condições para que a pessoa possa se sentir incluída; por outro lado, é necessário que o estudante enfrente possíveis obstáculos que possam surgir.

O contexto universitário é desafiador para todos os jovens. Todo o processo de adaptação à vida acadêmica e as obrigações que ela exige podem ter consequências de sucesso ou insucesso. A presente pesquisa visa conhecer a vivência acadêmica de estudantes surdos na UFSM.

2 JUSTIFICATIVA

Após a implantação da Resolução nº 11/2007 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2007), que foi revogada pela Resolução nº 002/2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018), que trata das Políticas de Ações Afirmativas na UFSM, algumas ações setoriais que visavam à inclusão racial e social foram implementadas. A Resolução nº 11/2007 previu a implantação de um programa permanente de acompanhamento e apoio sociopedagógico a estudantes. A Resolução 019/2016 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2016) aprova a criação da Coordenadoria de Ações Educacionais (CAEd) da UFSM, como um Órgão Executivo da Administração Superior diretamente subordinada ao Gabinete do Reitor e instituiu um regulamento interno de funcionamento. Criando os seus núcleos de atendimentos – Núcleo de Acessibilidade, Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas e Núcleo de Apoio à Aprendizagem –, desenvolve ações de acesso, permanência e promoção de aprendizagem, acessibilidade e ações afirmativas ao público da UFSM. Foi novamente alterada pela Resolução 030/2017 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2017), o seu regimento interno de funcionamento.

Por meio da Resolução nº 002/2018, a UFSM passa a oferecer algumas ações setoriais, que visam obter e divulgar informação referente ao desempenho acadêmico de estudantes surdos que conseguiram acessar a Universidade, bem como acompanhar o seu desempenho acadêmico. Ao fazer um resgate histórico sobre os dados referentes ao acesso de estudantes surdos na UFSM, é possível destacar que desde 1982, até os dias atuais, um total de sessenta e seis acadêmicos surdos passaram pela Universidade, nos diferentes níveis educacionais, conforme pode ser visualizado no Quadro 1. Além do acesso de estudantes surdos à UFSM, o Quadro 1 também apresenta um panorama do ingresso de TILS na instituição no atendimento em sala de aula e outros espaços que o acadêmico precisar.

Quadro 1 - Número de estudantes surdos que ingressaram na UFSM e número de Tradutores Intérpretes de Libras

Ano	Estudantes									Tradutor Intérprete de Libras					
	Tecnólogo			Graduação			Pós-graduação			Contratado		Concursado		Bolsista	
	A*	I**	F***	A*	I**	F** *	A*	I**	F***	A*	I**	A*	I**	A*	I**
1982				1											
1984				1											
1985						1									
1987						1									
2002				1											
2006						1									
2007							1								
2009									1	1	1				
2010				6								2			
2011				5			2					2	1		
2012				11	5										
2013	1			4	6				2	5	5	6	1		
2014				8	6	1						1	1	4	4
2015	1			7	3	1	1					2		8	8
2016	3	2		3	4	1		1					1	10	10
2017	3			2	3							3			
2018	1		1	3			1					2			
Total	9	2	1	52	27	6	5	1	3	6	6	18	4	22	22

* Ativo/Ingresso ** Inativo (Desistência, Abandono, Exoneração) *** Formado

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios da CAEd.

A partir do Quadro 1 é possível identificar o número de ingressantes que se mostram regulares/ativos nos registros da Universidade e também o número de inativos, ou seja, de pessoas que não mantêm atualmente vínculos com a UFSM. Cabe observar que, por exemplo, um mesmo estudante pode ter ingressado duas vezes ou mais na Universidade porque solicitou transferência interna; ou ainda, estar estudando em curso técnico e na graduação ao mesmo tempo.

Com os dados apresentados no Quadro 1, é possível traçar um panorama do ingresso de acadêmicos na instituição. Dentro do período de 1982 até 2018, ocorreram dezessete abandonos, seis cancelamentos de matrícula, dois desligamentos e uma desistência de curso. Outros indicadores deste período revelam que dez acadêmicos concluíram seus cursos, sendo cinco em cursos de graduação. Outro dado importante é que hoje a UFSM conta com quatorze TILS para atender a demanda nos mais diversos cursos: de tecnólogo, graduação e pós-graduação.

Comparando dados de acesso e conclusão dos acadêmicos surdos é possível verificar que o número de evasão merece atenção, tendo em vista a população desses estudantes na Universidade. Por meio do Sistema de Informação para o Ensino (SIE) da UFSM, é possível verificar que o panorama de estudantes surdos na instituição teve algumas mudanças, conforme os dados apresentados e que muitos desses acadêmicos ainda não concluíram sua formação. Alguns chegaram ao jubileamento; outros permanecem na instituição por meio de trocas de cursos de graduação, e outros evadiram-se da graduação. São números de estudantes matriculados que se modificam a todo semestre. Atualmente, a UFSM conta com um total de trinta e um estudantes surdos matriculados, que buscam a instituição como formadora de conhecimento, nos seus diferentes níveis de formação (cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e pós-graduação). Destes, vinte e sete estão matriculados em diversos cursos de graduação (como, por exemplo: Engenharia da Computação, Arquitetura e Urbanismo, Educação Física, Pedagogia, Educação Especial, Administração, Ciências da Computação e Teatro), mostrando a diversidade de estudantes que estão em processo de formação acadêmica na instituição.

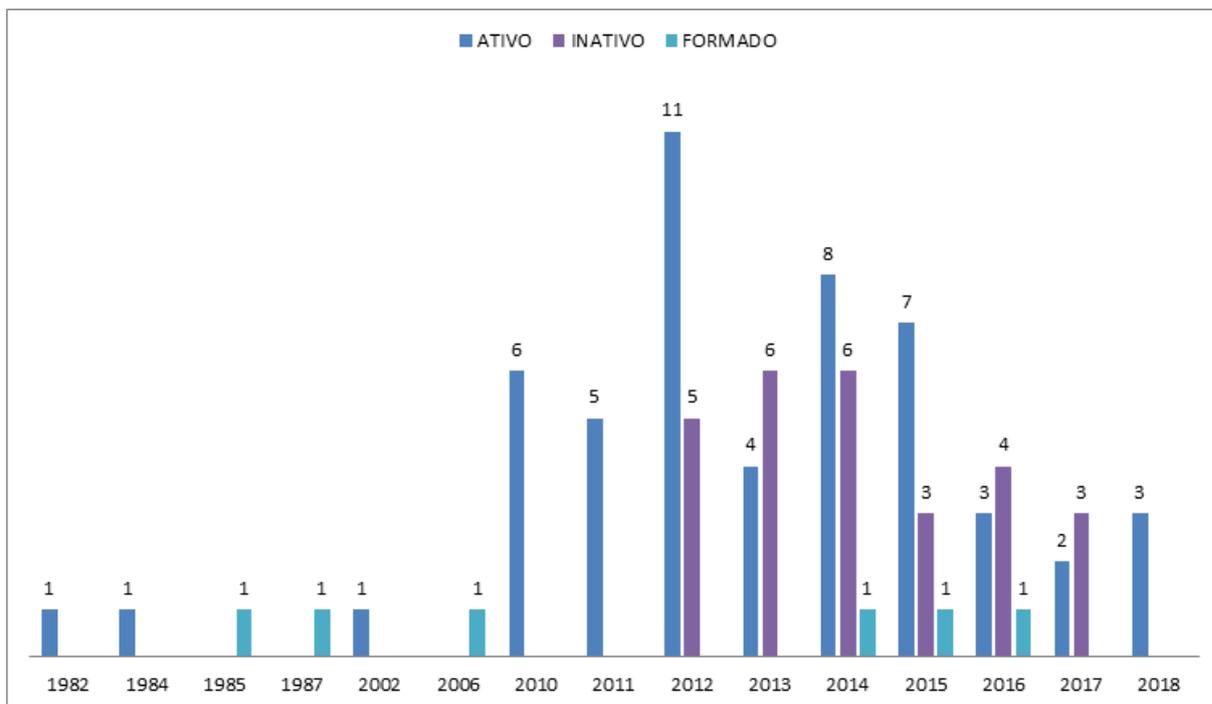
A UFSM, desde o ano de 2007, implantou políticas de acesso e permanência voltadas para as Ações Afirmativas (começou com Resolução nº 11, 2007 e foi alterado pela Resolução 002/2018). A partir dessas políticas adotadas, tornou-se a primeira universidade do Brasil a implantar o Vestibular em Libras (vídeo com prova em língua de sinais), para os vestibulandos surdos, contribuindo para o acesso significativo desses acadêmicos nos diversos cursos de graduação, diminuindo as barreiras comunicacionais. No ano de 2015, o Vestibular em Libras deixou de existir, e os estudantes surdos passam pelo processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada (SISU), com intérprete no momento da prova, fornecendo somente sinal da palavra escrita em português em Libras.

Hoje, as Políticas de Ações Afirmativas, em conjunto com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vislumbram novos desafios para a instituição, que precisam ser implantados até 2026, que são sete desafios, tais como: Internacionalização; Educação Inovadora e Transformadora por Excelência Acadêmica; Inclusão Social; Inovação, Geração de Conhecimento e Transferência de Tecnologia; Modernização e Desenvolvimento Educacional; Desenvolvimento local e Regional e Nacional e Gestão Ambiental. Que visa a UFSM, o compromisso social da Universidade com o ensino de excelência, a pesquisa comprometida com os problemas da realidade e a extensão relacionada aos desafios que a sociedade.

Outra forma de visualizar esses dados é por meio de um gráfico, disponibilizado logo

mais abaixo. Na Figura 1 é possível perceber de forma mais clara o número de estudantes ativos, inativos e de formados em determinado ano.

Figura 1 - Estudantes ativos, inativos e formados



Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios da CAEd.

No que diz respeito aos estudantes surdos da UFSM, parece ser importante investigar quais são suas demandas reais, se são atendidos em suas necessidades linguísticas e pedagógicas nos cursos de graduação, de relações interpessoais, compreendendo como vem ocorrendo a relação estudante surdo-professor, estudante surdo-intérprete de Libras e estudante surdo-estudante ouvinte em sala de aula, com foco em sua vivência acadêmica.

A inclusão social e a educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica são, pelo menos, dois desses desafios institucionais que estão diretamente relacionados às políticas educacionais/institucionais de ações afirmativas e assistência estudantil. Tais mecanismos políticos/institucionais têm como principal preocupação viabilizar o acesso e a permanência de estudantes surdos/com necessidades especiais.

Dessa forma, pensar o que ocorre nesse ambiente universitário que pode contribuir ou dificultar o processo educacional e de desenvolvimento humano, desencadeando a vivência acadêmica de estudantes surdos nesse espaço, é o tema central desta dissertação.

3 PROBLEMA

Como é a vivência acadêmica de estudantes surdos na UFSM?

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer a vivência acadêmica de estudantes surdos na UFSM.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o processo de vivência acadêmica de estudantes surdos na UFSM, a partir da permanência e conclusão de graduação, que tenham cursado (concluído) 50% das disciplinas do curso de graduação;
- Analisar e identificar quais domínios do processo de vivência acadêmica (pessoal, relacionamento interpessoal, carreira, estudo e institucional) contribuirão para a experiência na universidade.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 SURDOS: ASPECTOS LEGAIS, HISTÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA

A proposta de pesquisa da presente dissertação de mestrado tem como tema central a vivência de estudantes surdos na UFSM. Para falar desses sujeitos é necessária uma pequena retomada da parte histórica e de leis que foram sendo elaboradas e modificadas, oferecendo mudanças na forma de compreender e lidar com esse tema em nossa realidade. Realidade essa que afeta diretamente o sujeito surdo na sua formação e no espaço que ocupa na sociedade.

Leonardo, Rossato e Constantino (2016) afirmam que, no campo da educação, as políticas de acesso lutam por uma qualidade de vida, mas tudo isso não garante que o cidadão tenha o direito assegurado, nem garante a promoção de condições de avanço de níveis superiores de desenvolvimento do ser humano. Para os autores, a política é um dos dispositivos criados para garantir essa transformação social, ressaltando-se de princípio os direitos para crianças, adolescentes, adultos e idosos, sempre na procura de atender o processo de emancipação, autonomia, condições para que o desenvolvimento da pessoa possa ocorrer de forma genuína.

Os movimentos sociais de luta pela inclusão de pessoas com necessidade especiais, entre 1980 e 1990, propiciaram discussões e traçaram um novo enfoque sobre questões voltadas para a inclusão, reformulando as estruturas nas escolas para o atendimento especializado necessário à aprendizagem para todos os sujeitos, sendo ou não deficientes. A Lei nº 7.853/89 (BRASIL, 1989) surgiu para apoiar as pessoas portadoras de deficiências nos espaços da educação.

Além disso, esses movimentos sociais impulsionaram a organização de lideranças surdas, que se mobilizaram e se manifestaram em favor da educação bilíngue de surdos no Brasil. Através desses movimentos, os surdos têm se apresentado de forma mais atuante na elaboração de propostas para sua educação. Além disso, propuseram mudanças políticas que mobilizaram e pontuaram a diferença surda, reconhecendo a cultura, a própria língua de sinais, mostrando a importância da experiência visual, a participação de tradutores/intérpretes, o uso de tecnologias, de criação de comunidades e espaços educacionais para os surdos.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha, em 1994, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada em 28 de maio de 1999, e a Convenção

de Guatemala, apontaram como foco de suas discussões a necessidade de atendimento especializado para a aprendizagem a todos os sujeitos, abrangendo também os surdos. Tais ações proporcionam um salto no que diz respeito à Política de Educação Especial, com a Decreto nº 9.235, 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017), que tem a função de regulação, supervisão e avaliação das IES. O Brasil, depois desse período, formulou várias leis e decretos para atender com melhor qualidade de vida todas as pessoas com necessidades especiais no ensino superior.

A educação inclusiva tem o princípio fundamental de valorizar a diversidade que se manifesta pelas diferenças culturais, étnicas, mentais, sensoriais, físicas e múltiplas. Segundo Valentini e Bisol (2012), a política de inclusão ganhou força no Brasil no ano de 1992, com a Lei nº 8.490/92, a qual propõe que os educandos com alguma necessidade especial devem ser atendidos em classes comuns de ensino regular.

A legislação brasileira, especificamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), procura amparar e integrar o educando com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Em 2002, com a Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), a comunidade surda teve o seu primeiro avanço, que foi o reconhecimento linguístico da Libras, a qual passou a ser reconhecida como meio de comunicação e expressão.

A Libras é uma língua de sinais nacional, pois conta com o reconhecimento social, cultural e legal, a partir da Lei nº 10.436/2002, conhecida como Lei de Libras, que foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005). No referido decreto, há uma previsão de planejamento linguístico, propondo a educação bilíngue aos surdos (Libras como L1 e Língua Portuguesa como L2), a formação de professores de Libras, de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa e de professores de Língua Portuguesa como segunda língua. Pensar no assunto ligado à educação escolar bilíngue para pessoas surdas se tornou um desafio ao campo educacional. A partir desse contexto, passou-se a compreender melhor o que é bilinguismo, que é o uso de duas línguas. Nesse caso, é o uso da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa, fazendo o entendimento e diferença de que a comunicação passa a ser imprescindível no âmbito educacional, assegurando aos surdos o direito linguístico e a acessibilidade ao ensino superior, conforme a Lei nº 10.436/2002, regulamentadas pelo Decreto nº 5.626/2005.

É importante ressaltar a diferença e entendimento de modalidades bilíngues existentes no Brasil. A Língua Brasileira de Sinais usa gestos, sinais e expressões faciais em vez de sons na comunicação. Portanto, é considerada viso-gestual. Já a Língua Portuguesa é classificada como oral-auditiva, porque envolve estruturas linguísticas diferenciadas. No processo

educacional, é necessário estar atento para ambas as modalidades e experiências de comunicação. O Brasil é um território muito vasto, propiciando as relações de culturas, línguas diferentes, que se comunicam de forma harmônica, auxiliando para que se possa ter um olhar mais atento à comunicação que se proporciona no território nacional.

Os municípios que não comportam escolas bilíngues de surdos deveriam garantir, como opção, a educação bilíngue em classes bilíngues nas escolas comuns. É recomendado, ainda, que essas escolas ofereçam educação em tempo integral. Na falta desse tipo de escola, muitos surdos passam a frequentar escolas regulares, onde os familiares buscam alternativas de alfabetizar e escolarizar seus filhos. Para auxiliar na luta pelos direitos da comunidade surda, são criadas instituições; entre elas está a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS).

A FENEIS passou a oferecer algumas orientações às escolas bilíngues, como aquela que coloca como língua de instrução a Libras, sendo o Português ensinado como segunda língua e escrita. As escolas bilíngues passam a se instalar em espaços arquitetônicos próprios, os professores são bilíngues, sem necessidade de mediação de intérpretes na relação professor-estudante e sem a utilização do português sinalizado.

No ano de 2014, foi apresentado um Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (BRASIL, 2014), que propõe a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, para construir sua identidade linguística e cultural em Libras e concluir a Educação Básica em situação de igualdade com outras crianças.

O movimento surdo no Brasil entende que a escolarização deve respeitar as condições linguísticas da pessoa surda e sua experiência visual como constitutiva e singular de ler e entender o mundo. Torna-se necessário que a aprendizagem escolar da Língua Portuguesa demande profissionais bilíngues que entendam e definam uma participação das duas línguas na escolarização do estudante surdo, legitimando o prestígio à Libras, como uma língua presente na grade curricular, integrando o processo de subjetivação da pessoa surda (MÜLLER; KARNOPP, 2017).

A pessoa surda, em sua formação de identidade, transita entre duas culturas: a surda e a ouvinte. No entanto, quando se fala de identidade surda, essa se constitui como um processo, que pode ser diferente, pois necessita de recursos visuais. Já os ouvintes participantes dos contextos da educação bilíngue precisam incorporar a cultura surda, a fim de que as concepções culturais possam transformar-se em artefatos culturais próprios da cultura visual, característica essa vinda como referência de outro surdo. A cultura surda precisa estar inserida

no ambiente educacional, pois o surdo dificilmente terá acesso, se não estiver imerso nesse lugar de aprendizagem (STROBEL, 2013).

Dentro dessa política linguística, as escolas bilíngues passam a caracterizar as especificidades linguísticas e culturais de que a comunidade surda necessita. A proposta de educação bilíngue em escolas de surdos está articulada com pesquisas, movimentos e conquistas legais que essa comunidade conquistou nesses anos de lutas. É importante salientar que ainda tem um longo caminho a ser percorrido, e que as propostas ainda precisam de muitos ajustes, pensando na perspectiva do estudante surdo. Os programas de educação bilíngue nas escolas se referem a um tema de discussão complexa e que exige medidas operacionais nas instituições, as quais são atravessadas por situações econômicas, políticas e culturais que, às vezes, não são favoráveis ou até mesmo viáveis de ocorrer.

A importância de considerar as particularidades e a materialidade da língua de sinais na educação é apontada por Lodi (2013). A educação em escolas bilíngues demanda a metodologia de ensino a partir da Libras e também estimula um contexto de garantia de acesso e de permanência do surdo na escola.

Para Skliar (1999), a educação escolar bilíngue de surdos está mais situada no campo político, assumindo um duplo valor: o ‘político’ como construção histórica, cultural e social, e o “político” entendido como relações de poder e conhecimento que atravessam e delimitam a proposta e o processo educacional. De uma forma mais explícita, nessa segunda forma de compreender o “político”, pode-se destacar a resistência surda, que passa a pensar na possibilidade de romper com algumas militâncias de ouvintes que tentam impor, e também de posicionar-se como culturalmente diferentes. É possível afirmar, portanto, que os movimentos macro e micropolíticos vêm (re)constituindo a educação de surdos no Brasil, avançando na consolidação de propostas escolares bilíngues. Isso porque, assim como a surdez, uma educação escolar bilíngue é constituída culturalmente, “[...] dentro de narrativas associadas e produzidas no interior (mas não fechadas em si mesmas) de campos discursivos distintos” (LOPES, 2011, p. 07). Nessa arena de discussões, é relevante observar que o debate acerca de políticas linguísticas e educacionais em prol do bilinguismo se constrói na transitoriedade de um momento histórico, em que os movimentos surdos e a articulação de suas lideranças conquistam espaço no cenário político. Não há como descrever o bilinguismo como uma situação de harmonia e de intercâmbios culturais (SKLIAR, 1999), mas, sim, como uma realidade conflitiva, que não se constitui fora de uma racionalidade política, econômica e cultural. E isso se aplica também a contextos escolares do estado do Rio Grande do Sul. Segundo a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas

com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), existem treze escolas com enfoque bilíngue para surdos em todo o estado.

A educação de surdos no Brasil, atualmente, pode ser caracterizada a partir de diferentes cenários, depois de toda a trajetória conquistada pelo movimento surdo. A pesquisa realizada por Müller e Karnop (2017) mostra alguns dados referente a escolas de surdos caracterizadas como bilíngues no Rio Grande do Sul, pautadas na educação que tem princípios educacionais, linguísticos e filosóficos do bilinguismo. As instituições que a pesquisadora investigou são sistemas de ensino (privado, estadual e municipal), e foi constatado que a rede pública estadual, mesmo com sua precariedade de atendimento, ainda é a que mais oferta a Educação Básica para surdos. Oito escolas que participaram da pesquisa apresentaram características bilíngues em suas propostas ou projetos político-pedagógicos, mas essa marca não fica tão evidente nas suas designações. Apenas em duas escolas municipais observou-se a identificação ‘bilíngue’ em sua denominação. Essas escolas foram recentemente criadas (em 2002 e 2008), com apoio do poder público municipal, o que denota que os movimentos das comunidades surdas locais, na articulação com as lutas de âmbito nacional e pela garantia de direitos nos termos da lei, têm mais força em âmbitos micropolíticos.

Continuando com a pesquisa de Müller e Karnop (2017), a respeito das informações que constam nos nomes das escolas, constatou-se que em duas a informação sobre o nível de ensino está presente na denominação; por exemplo: escola de ensino médio. Além disso, quatro das oito instituições pesquisadas são nomeadas como “escola especial”, o que lhes garante a obtenção de recursos adicionais para sua gestão e manutenção, bem como prevê funções gratificadas a alguns professores que atuam no ensino de pessoas com deficiência (nesse caso, os surdos são assim representados). É notório considerar que esses contextos escolares, nos quais se luta pela diferença cultural surda, ainda estão fortemente marcados por políticas da Educação Especial, que teve sua força iniciada no Rio Grande do Sul, pela UFSM e repercutiu por todo o território nacional.

A UFSM, por ser de uma universidade que tem a graduação na área de educação especial, e no período de 1990, tinha formação na área de Deficiência de Comunicação, acabou disponibilizando profissionais com formação nesta área da educação especial, voltada para a área da surdez, os pesquisadores (Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, Adriana da Silva Thoma, Maura Corcini Lopes, Liliane Ferrari Giordani, Madalena Klein) líderes surdos (Wilson Miranda, Gladis Teresinha Taschetto Perlin) do movimento de escola bilíngue para os surdos. Além do grupo de pesquisa vinculado com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES), como

Lodenir Becker Karnopp, teve anteriormente a presença de Carlos Bernardo Skliar e Ronice Muller de Quadros, contribuíram com o conhecimento e abertura de outros espaços de pesquisa na área da surdez.

Devido a essa denominação como “especiais”, essas escolas não contam com o trabalho realizado em salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que desafia alguns educadores, em vista das singularidades surdas que acessam e permanecem na escola. A falta de profissionais bilíngues e capacitados com essa formação, que atuando e visa diminuir as barreiras comunicacionais dos estudantes no processo de aprendizagem, interferem no recebimento do conhecimento. Comumente, o trabalho ofertado pelas instituições educacionais abrange bairros e municípios vizinhos. Assim, os estudantes ocupam de uma a três horas diárias para deslocamento da residência até a escola. E esta é uma opção dos familiares ou dos próprios surdos (quando lhes é dado o direito de escolherem uma escola).

Estudar em uma escola de surdos está relacionado ao desejo de se estar lá e, conseqüentemente, de não mais estudar em escolas comuns, cujos processos resultam, muitas vezes, na sua in/exclusão. O encontro surdo-surdo é elemento chave para o modo de produção cultural, pois implica um impacto na ‘vida interior’ e a centralidade da cultura na construção da subjetividade do sujeito surdo e na construção de sua identidade. Em geral, os surdos desejam estar, conviver e aprender entre os pares, na comunicação em Libras (MIRANDA, 2001).

Nessas escolas, a maioria das crianças, jovens e adultos surdos sinaliza em Libras, mesmo que em diferentes níveis de fluência. Nos intervalos, crianças dialogam com surdos jovens ou adultos, independentemente da faixa etária ou da turma que frequentam no processo de escolarização. É

[...] indispensável a convivência com pares no interior da sala de aula, pois uma criança sozinha, usuária de outra língua, torna-se marginal aos processos de socialização e aprendizagem, caso não tenha pares em sua língua para interagir e trocar experiências discursivas (LACERDA et al., 2016, p. 15).

Isso não significa desconsiderar relações de poder que existem nos variados grupos e comunidades, as quais, de certo modo, contribuem para a produção de singulares modos surdos de ser dadas as diferenças e as posições de sujeito ocupadas.

Segundo uma pesquisa realizada por Müller e Karnopp (2017) em oito instituições que fazem atendimentos parciais com surdos, apresentada um novo dado, nessas escolas, que nos últimos anos, cresceram significativamente as matrículas de estudantes surdos com alguma ou múltiplas deficiências, que, dependendo de cada instituição, atingem até 90% do total de

estudantes matriculados no Ensino Fundamental. De acordo com informações obtidas com integrantes das equipes diretivas e professoras entrevistadas, há estudantes com algum transtorno ou deficiência, como: autismo, psicose, esquizofrenia, deficiência mental, síndrome de Down, deficiência visual, deficiência física, mobilidade reduzida, entre outros casos. Também é necessário considerar o crescimento no número de estudantes surdos com implante coclear, razão essa que também motivou sua transferência para escolas comuns, esvaziando as salas de aula em escolas de surdos. No que diz respeito aos grupos de professores, outro desafio é enunciado: a carência de profissionais surdos (professores e instrutores) em escolas.

A presença de surdos no processo educacional, como educadores, tem se mostrado de fundamental importância (FERNANDES; RIOS, 1998), sendo eles importantes interlocutores, que propiciam o desenvolvimento da linguagem e a aquisição da língua de sinais pelos estudantes, além de serem referências na constituição de subjetividades surdas. Nesse sentido, é papel de cada mantenedora (privada, estadual ou municipal) prover a contratação desses profissionais nas escolas, inclusive sua efetivação por meio de concursos públicos. Também são imprescindíveis a criação de espaços e a luta pela formação pedagógica de adultos surdos que desejam dedicar-se à Educação Básica, inclusive contribuindo para a formação de docentes bilíngues que atuam nas escolas. Quanto aos TILS, nas oito escolas investigadas por Müller e Karnop (2017), geralmente a função é assumida por professores bilíngues, sobretudo em reuniões, palestras e conversas com os familiares.

Cabe pontuar que em algumas salas de aula de escolas bilíngues há a participação de intérpretes, sobretudo em áreas específicas do conhecimento. Independentemente do contexto escolar, TILS capacitados são fundamentais nos processos de ensino e de aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento linguístico em Libras e em Língua Portuguesa. A relevância de trabalhos em parceria com TILS ou bidocência (professores bilíngues e instrutores surdos) justifica-se por mais uma razão: a formação dos professores.

Ainda, outro ponto merece destaque: a maioria das professoras entrevistadas por Müller e Karnop (2017) ingressou nas escolas de surdos com pouco ou nenhum domínio da Língua de Sinais (LS), formando-se nesses locais no que diz respeito às marcas culturais surdas. Percebe-se que, em meio a processos de produção de uma educação escolar bilíngue nas escolas, as professoras bilíngues de Língua Portuguesa assim se constituem. Mesmo em se tratando de singularidades discursivas, Müller e Karnop (2017) constatou situações de não fluência das professoras em LS, o que compromete o ensino. Como pertinentemente se aponta, é preciso fazer muitos cursos, exercitar a Libras no contato com os surdos; trata-se de um caminho que é continuamente construído dadas as condições possíveis para tal. É um desafio

contínuo, faz-se ‘uma ginástica para aprender’; ou seja, as professoras são capturadas por um enunciado que orienta a qualificação dos profissionais que atuam nas escolas. Desse modo, como observa Bujes (2012), também nas escolas desencadeia-se uma série de práticas em referência à performance esperada (demandas, expectativas e indicadores); neste caso, busca-se a formação de professores qualificados e de surdos bilíngues preparados para a atuação em sociedade.

Segundo vários relatos de professoras bilíngues que atuam nas escolas como intérpretes educacionais, cabe-lhes, ainda, traduzir mensagens ou orientar, segundo princípios e pedidos dos pais (MÜLLER; KARNOPP, 2017). Por estes não utilizarem a língua de sinais, mesmo com os cursos de Libras oferecidos às comunidades escolares, a comunicação entre de pais ouvintes e filhos surdos fica limitada e, por isso, os educadores são também intérpretes nas relações em família. Nesse sentido, observa-se um enunciado acerca da pouca participação dos familiares nos processos de escolarização – o que não se restringe às escolas de surdos –, constituindo-se outro desafio enfrentado nos contextos escolares. A distância entre as residências e as escolas, as questões socioeconômicas, bem como a limitação do serviço de transporte (autorizado apenas para uso dos estudantes) comprometem a participação das famílias em atividades escolares, a exemplo de reuniões, conselhos de classe e programações integradoras. Esse distanciamento dos pais em relação à escola de seus filhos e a suposta transferência de atribuições na relação entre família e escola, entre outras questões sociais que envolvem os elos entre estudantes surdos, familiares e escola, compreendem outro ponto a ser problematizado na educação escolar bilíngue de surdos. Os profissionais bilíngues que atuam nas escolas também ocupam posição de mediadores familiares e orientadores para a vida, assim como são procurados pelos estudantes para conversarem sobre assuntos que os inquietam (MÜLLER; KARNOPP, 2017).

Alguns professores relataram a interrupção das aulas para responder a dúvidas ou a desabafos particulares dos estudantes, com assuntos do cotidiano da vida, como relação com a família, festas de aniversário, entre outros temas. As salas de aula se caracterizam como possibilidade de conversa em Libras e de reflexão sobre acontecimentos da vida, já que isso raramente acontece nos lares familiares, nos quais a limitação comunicativa dos pais ou responsáveis compromete não somente a escolaridade dos surdos (ROCHA; SANTOS, 2017).

As escolas de surdos têm um papel importante voltado para a informação em Libras e para a vivência da cultura surda, a qual valoriza a língua com status positivo, criando condições linguísticas e educativas para o desenvolvimento bilíngue e bicultural. São marcadas principalmente pela língua de sinais e pelas experiências visuais, compreendidas como

comunidades surdas, como espaços de encontro e de identificação com os pares, o que possibilita intercâmbios linguísticos, culturais, sociais e políticos.

A falta de recursos financeiros, humanos e pedagógicos nas escolas bilíngues e regulares leva diretamente a se pensar em articulação sobre questões políticas e econômicas. A equipe de profissionais tenta com os seus esforços buscar uma qualificada educação escolar bilíngue, fazendo o que é possível, especialmente nas escolas vinculadas à rede estadual de ensino, para que esse aluno consiga acessar de uma forma digna e inclusiva a educação e, principalmente, desenvolva-se enquanto sujeito de seu futuro.

O contexto universitário é desafiador para todos os jovens. Ao ingressarem na universidade, começa o processo de adaptação à vida acadêmica e às próprias obrigações que esse espaço impõe para o estudante. O processo de adaptação pode levar alguns à conquista de um certificado de conclusão ou, ainda, encaminhar para a desistência, chegando ao abandono.

O sucesso para os acadêmicos está relacionado a uma abordagem bilíngue de desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas, que, por sua vez, é mediada. Não adquirindo conhecimento, também vão aprimorando a língua, e constroem uma nova identidade, o que proporciona a autonomia da pessoa surda, juntamente com todo o desafio da educação básica de qualidade até o ensino superior.

É possível pensar que ainda se está longe de garantir uma proposta de qualidade de ensino que possa fazer a ligação do ensino básico, fundamental, e médio, fazendo uma passagem tranquila para o superior. Precisa-se pensar em estratégias de reconhecimento da língua de sinais no espaço educacional, com propostas de desenvolvimento de educação bilíngue de qualidade para os estudantes surdos (independentemente de se encontrarem em escolas bilíngues ou regulares de ensino), como também políticas públicas de inclusão mais eficazes para esse público alvo, e, por último, ter liderança surda mais participante e atuante ativamente nos espaços de discussão para planejar e acompanhar o real andamento dessas necessidades especiais destinadas nos diversos contextos de inserção dos surdos.

5.2 SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

A educação das pessoas surdas e das demais que são público-alvo da Educação Especial passou por diferentes concepções, conceitos, formações e leis, que vieram a ampará-la ao longo dos anos. Voltada para a comunidade surda, pode-se observar uma série de mudanças na educação, que migrou de um modelo segregacionista para uma perspectiva inclusiva. Esta mudança evidenciou a expansão da presença de surdos nas diversas instituições

de educação formal, e é resultado de uma conquista que ocorreu por meio de lutas constantes de reconhecimento, autenticidade e autonomia para vencer processos de exclusão instituídos por políticas públicas que não contemplavam suas diferenças linguísticas e culturais (ROCHA, 2015).

Como consequência dos movimentos sociais de comunidades surdas, com a intenção de garantir o direito dessas pessoas à educação, uma série de leis, decretos e resoluções foram criados ao longo dos últimos anos, assegurando o ingresso e a permanência desse público da Educação Básica até o Ensino Superior. Mas ainda se está distante da efetivação do direito equitativo das pessoas surdas a um ensino de qualidade e que contemple as diferenças e necessidades dessas pessoas, para efetivamente serem autônomas no espaço educacional (LACERDA, 2006). Sem falar ainda da qualidade de vida que experimentam desde o ensino básico até a conclusão do Ensino Superior (ES).

Quando se pensa em todo o processo que uma pessoa passa na sua formação acadêmica, muito pouco se fala de como se propõe discutir questões relevantes de permanência e até mesmo da conclusão de cursos de graduação por parte dos acadêmicos surdos. O primeiro impacto que um acadêmico surdo sente ao acessar a universidade é a barreira comunicacional, desafio esse que perpassa a permanência no curso de graduação escolhido. Outra situação muito presente é a dependência da mediação do intérprete na comunicação entre estudante-professor, professor-estudante, estudante-colega, colega-estudante e, assim por diante, nos espaços oferecidos e dispostos para a formação profissional do estudante dentro do ambiente institucional de ensino superior.

A dissertação de Goularte (2014) esclareceu que no acesso (à UFSM), onde ocorreu a pesquisa, há todo um investimento na Libras para que o sujeito surdo seja capturado para ingressar na Universidade. A autora destacou que “[...] *após o ingresso, as estratégias mudam*” (GOULARTE, 2014, p. 86, grifos da autora). Nessa pesquisa, o foco era o acesso desses acadêmicos surdos ao ambiente educacional superior, pois, nesse período, a preocupação institucional estava centrada na oferta de acesso ao surdo no ES. Com o crescente aumento do número de matrículas em IES, aumentaram também as demandas de ações, políticas de governo e políticas institucionais. A partir de algumas necessidades apontadas pelo público, foram sendo criadas estratégias para atender suas demandas neste ambiente educacional, tais como o Núcleo de Acessibilidade da UFSM, edital e Vestibular em Libras, Libras Tri, com o vestibulando se apropriando da língua de sinais local e vídeo de divulgação de vestibular em Libras (GOULARTE, 2014).

Preocupados com a inclusão da pessoa surda no ES, Silva, Cymrot e D'Antino (2012) conduziram uma pesquisa que teve como objetivo mapear e analisar as demandas didático-pedagógicas de professores de dois campi de uma instituição de ensino superior particular, localizada na região paulista, para aprimorar as condições de permanência dos estudantes. Dos 1.394 professores, 752 (53,9%) responderam ao questionário da pesquisa. Na visão da maioria desses professores que respondeu ao questionário (66,64%), o intérprete de Libras é essencial ao longo do curso de graduação do acadêmico surdo. Porém, 51,7% dos participantes responderam que, no momento de realização das provas na instituição, não veem tanta relevância na presença do intérprete de Libras na sala. Em relação à flexibilização das provas escritas, valorizando seu conteúdo semântico, grande parte dos participantes (60,4%) acredita que tais adaptações não são necessárias para o acadêmico. Concernente à disponibilização de materiais para conhecer a especificidade do aluno surdo, 61% acreditam ser imprescindível.

A partir desses dados coletados nesta pesquisa de Silva, Cymrot e D'Antino (2012), pode-se avaliar como os acadêmicos surdos se encontram no espaço educacional e qual a compreensão dos docentes sobre esse processo de aprendizagem. É possível aferir, pelos resultados, que grande parte dos professores entende a importância do intérprete de Libras na universidade, porém desconhece as especificidades linguísticas e de aprendizado dos surdos. Tal desconhecimento possivelmente gera entraves para a permanência desses alunos e, para piorar a situação, vai de encontro à legislação vigente (BRASIL, 2003; 2005; 2010), que orienta a realização de adaptações nos processos didáticos voltados aos estudantes surdos.

Para Daroque e Padilha (2012, p. 27), o dispositivo de maior conflito existente em sala de aula entre estudante surdo, professor e colegas ouvintes é relacionado à barreira comunicacional e à existência das “[...] diferenças em relação à linguagem. Sua língua de reflexão é outra e os meios para aprender os conteúdos novos são outros”.

A UFSM, por ser uma instituição pioneira em Ações Afirmativas, por meio de resoluções internas, que foram implantadas na instituição antes mesmo de a Lei Federal 13.409/2016 (BRASIL, 2016) ser aprovada, reserva 5% das vagas de ingresso para esse público, alterando a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012a), que reservava vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior nas instituições de ensino federais. A Lei de Cotas, nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012a), regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 (BRASIL, 2012b), dispõe sobre o ingresso em Universidades Federais e Instituições Federais de ensino técnico de nível médio. As cotas são divididas em relação a renda, escolarização pública e autodeclarados pretos, pardos e indígenas, não sendo obrigatória a destinação de vagas às pessoas com deficiência.

Na UFSM, foi implantado e executado, durante o período de 2007 até 2015, um sistema que proporciona uma melhor avaliação para o ingresso de estudantes surdos no ES. Nesse sistema, as provas de avaliação eram feitas por vídeo, com gravação das questões do vestibular em Libras (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015). Essa adaptação proporcionou o acesso de 25 surdos na instituição (ROCHA, 2015). Esse sistema não está mais em funcionamento desde 2015, devido às novas leis de cotas, substituído pela Lei 13.409/2016 (BRASIL, 2016), onde a instituição UFSM, optou em não mais fazer o vestibular em libras, mas seguir o modelo padrão seguido em todo o território nacional.

Quando se pensa na percepção do acadêmico surdo, focado na sua permanência, precisa-se atentar para as necessidades de compreender sua relação com professores, intérpretes de Libras e colegas ouvintes, pois as “[...] *condições de permanecer nas instituições requerem ações e serviços implementados com o objetivo de garantir a permanência desses estudantes nas instituições, obtendo assim sucesso acadêmico*” (CASTRO, 2011, p. 134, grifos da autora).

Os jovens acadêmicos surdos, quando acessam esse novo ambiente de estudo e formação educacional, trazem consigo uma experiência vivida nas escolas (bilíngues ou regulares), onde tinham normas e modos de funcionamento diferenciados do espaço acadêmico. As autoras Ferreira, Almeida e Soares (2001) abordaram o tema relacionado à adaptação nessa nova realidade, frisando que é preciso considerar as características pessoais de cada estudante, suas habilidades, sua história de vida e a forma como esse estudante encara o desenvolvimento na sua própria faixa etária, marcada por uma construção de identidade, autonomia, ideais e as relações interpessoais que irão ser construídas.

Em outro estudo feito sobre a vivência de estudantes surdos no ensino superior, Foster, Long e Snell (1999) ressaltaram a importância da comunicação em sala de aula e que o envolvimento desses estudantes com a aprendizagem é igual ao dos colegas ouvintes, mas se percebe que se sentem menos integrados à vida universitária. O estudo revelou ainda que muitos professores não se preocupam em fazer adaptações que possam favorecê-los, e que esse dado pode contribuir para o seu sucesso ou fracasso acadêmico.

Desde 1999, com o Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, torna-se dever das IES possibilitar adequações que ofereçam garantia de permanência a estudantes com deficiência no ES.

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para a realização das provas, conforme as características da deficiência.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para o ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior (BRASIL, 1999).

Contudo, o que garante que isto está sendo oferecido de maneira efetiva, em relação à especificidade desse estudante que está ingressando ou já está incluído no ES? O Programa Incluir, que propõe orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), requerendo a criação e consolidação de Núcleos de Acessibilidade, informa sobre a disponibilidade de materiais de comunicação e pedagógicos, mas não se refere ao profissional responsável, nem sobre a formação profissional deste para atender esse público. O Programa Incluir – que iniciou em 2005 e foi até 2011 – promoveu auxílio à inclusão de pessoas com necessidades especiais nos espaços educacionais. Em 2012 todas as IFES passaram a receber recursos desse programa, que tem por objetivo.

[...] fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013, p. 03).

Percebe-se que muitas políticas indicam de maneira geral serviços e apoios às pessoas com deficiência, mas dificilmente indicam o lugar e o profissional para alcançar tal objetivo.

Atualmente a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), vem trazendo algumas considerações, no artigo IV, anteriormente não apontadas noutras legislações, especialmente no que tange ao ES. Busca-se assegurar um sistema inclusivo e educacional para todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida do sujeito, com o propósito de alcançar ao máximo o desenvolvimento de seus talentos e habilidades intelectuais e sociais, segundo seu interesse e suas necessidades de aprendizagem.

Sendo assim, é prioridade garantir o acesso e permanência do sujeito com deficiência no sistema educacional. As IES devem ofertar serviços e recursos de acessibilidade a fim de eliminar as barreiras que impedem o sujeito de ter uma inclusão plena. Também é prioridade garantir AEE, serviços e adaptações que possam atender às características e necessidades específicas dos estudantes, assegurando seu acesso ao currículo, sem impedimentos e em equidade com os demais, objetivando, assim, sua autonomia.

Contudo, ainda existem várias lacunas a serem reconhecidas e preenchidas nas legislações. As demandas apresentadas às instituições de variados níveis requerem investimento, tanto financeiro quanto profissional. A política pouco prevê sobre a demanda profissional, como, por exemplo, o investimento destinado à promoção de recursos de acessibilidade.

Ainda sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), em relação à disponibilização de TILS, percebe-se que há um avanço no ES, considerando que esses profissionais deverão ter Ensino Superior, com habilitação prioritária em Tradução e Interpretação em Libras (BRASIL, 2015). Teoricamente, esse fato assegura ao estudante surdo, usuário da Libras, um trabalho mais comprometido, favorecendo, assim, seu acesso, permanência e conclusão com qualidade profissional. Ela ainda sugere a adoção de atendimentos a esse estudante, preferencialmente dentro da instituição em que ele ingressou, criação de exames com campos específicos para que o candidato informe suas necessidades, provas acessíveis e outros recursos acessíveis e de Tecnologia Assistiva (TA), ampliação de tempo para provas diversas, avaliações escritas, modalidade português escrito, considerando a singularidade linguística da pessoa com deficiência.

Essa Lei ainda contempla outras áreas ligadas à pessoa com deficiência, como reabilitação, trabalho, saúde, cultura, entre outras. Entrando na ótica da formação inicial e continuada de professores, a Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015) sugere ainda que sejam adotadas práticas pedagógicas inclusivas, bem como para o AEE, devendo o poder público assegurar a disponibilização de professores para o AEE, de Tradutores e Intérpretes de Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio. Anteriormente à disponibilização profissional para serviços, é necessário refletir sobre a formação de qualidade desses profissionais, sabendo que, especificamente, na UFSM e em outras IES, há carência destes profissionais, bem como a inexistência de certos cargos, como o de Educador Especial (que existe nos Institutos Federais), e comumente suas necessidades são atendidas por profissionais sem a formação específica.

A educação sempre está em busca de formação específica ou continuada para a Educação Especial. Dentro dessa área há a necessidade de profissionais que possam atuar nos núcleos de apoio ou salas de AEE ofertados nos ES. Contudo, até o momento, esse cargo inexistente na UFSM, deixando em dúvida quais profissionais poderão atuar junto a estes estudantes e requerendo o que a legislação prevê, mesmo que na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) a transversalidade da Educação Especial deva ser garantida, da Educação Infantil até a Educação Superior, como

modalidade de ensino. Estas são algumas constatações feitas na pesquisa de Rocha e Santos (2017, p. 829):

Na educação superior a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão [...].

Salienta-se, ainda, a importância de uma equipe multidisciplinar para atuar em conjunto com diversas especialidades, desde educadores especiais, pedagogos, psicólogos, visando melhor atender o estudante surdo no espaço acadêmico. As instituições de ensino superior devem identificar os desafios que estes enfrentam no dia a dia dentro do ambiente acadêmico, começando com a barreira comunicacional; necessitam entender a identidade surda, e que suas experiências cognitivas de aprendizagens são visuais, as quais exigem uma sobrecarga cognitiva, emocional e social. Além disso, é necessário possibilitar um novo olhar sobre as vivências anteriores, mas com apoio positivo no contexto de diversidade e heterogeneidade em todos os ambientes educacionais. Ainda são necessárias pesquisas sobre o contexto de inclusão, visando ao acadêmico surdo, professor, colegas e próprio TILS, para compreender, qualificar e proporcionar avanço de conhecimento, em que todos devem estar implicados no processo inclusivo.

Para Leonardo, Rossato e Constantino (2016), a Psicologia tem um papel importante na Educação, na medida em que questiona e possibilita pensar em novas estratégias para a inserção na escolarização, criando uma perspectiva de crítica social e garantindo assim que o conhecimento seja apropriado para a transformação da pessoa e da sociedade. Esses autores defendem ainda a ideia de que a Psicologia está comprometida com a possibilidade de transformação social, voltada para a humanização do homem, dentro de vários contextos em que a pessoa está inserida, sejam o social, escolar, familiar.

6 MÉTODO

6.1 DESENHOS DO ESTUDO

Para a presente pesquisa de caráter exploratório e investigativo, foi utilizado como método o Estudo de Caso, de acordo com a proposta de Yin (2001). Segundo Yin (2001), a pesquisa de Estudo de Caso investiga e descreve a vivência de um determinado grupo ou fenômeno, dentro de um contexto de vida real, especialmente quando esse fenômeno e/ou contexto não estão claramente definidos.

O contexto de vida real sobre o qual a presente pesquisa se debruçou foi a compreensão da vivência acadêmica por parte de estudantes surdos matriculados na UFSM. Para investigar este fenômeno, utilizaram-se duas fontes de dados, a observação durante a entrevista (risos irônicos, cara de sarcasmo entre outras expressões que os entrevistados fizeram no momento das perguntas feitas) e entrevistas semiestruturadas, a fim de proporcionar uma maior gama de possibilidades e proposições para conduzir a análise dos dados. A proposta permitiu fazer uma triangulação das informações coletadas, para assim poder analisar as características e interrogações do grupo de acadêmicos surdos cuja vivência se deseja conhecer.

6.2 PARTICIPANTES

Os cinco participantes da pesquisa foram acadêmicos surdos, usuários da Língua Brasileira de Sinais que já haviam cursado 50% do curso de graduação no qual estavam matriculados na UFSM, que está localizada na região central do interior do estado do Rio Grande do Sul. A estrutura da universidade disponibiliza multicampi, mas o acesso e convite aos participantes foram feitos aos acadêmicos matriculados no campus de Santa Maria. Portanto, para compreender o processo de vivência acadêmica foram entrevistados estudantes que se encontravam na fase de conclusão do curso de graduação.

Não participaram da pesquisa acadêmicos que não faziam uso da Língua de Sinais ou, ainda, deficientes auditivos que faziam uso de aparelho auditivo. Também não participaram estudantes matriculados nos cursos técnicos que são ofertados no campus de Santa Maria, ou nos cursos de pós-graduação.

Dos dezenove estudantes surdos matriculados na graduação no segundo semestre de 2018, foram selecionados quatorze, que estavam dentro dos requisitos pré-estabelecidos, para os quais foram enviados e-mails convidando-os a participar da pesquisa. Destes, somente cinco

compareceram para a entrevista filmada e previamente agendada, após o convite enviando por e-mail e o agendamento prévio. Cada um destes cinco estudantes que participaram da pesquisa corresponde a um caso.

Toda a entrevista ocorreu em um ambiente previamente organizado, com filmadora, formulário de perguntas impresso, para ter de forma física as perguntas. A pesquisadora fez todas as perguntas em Libras e, posteriormente, traduziu todo o material coletado para a Língua Portuguesa escrita

A seguir será apresentada uma breve descrição de cada caso.

Caso A

Participante do sexo feminino, com vinte e cinco anos de idade, que cursa o último semestre de um curso de graduação da UFSM. Fez o vestibular em Libras, teve acesso em 2011. Faz uso de TILS para as aulas e para se comunicar no espaço acadêmico. Não faz atendimento especializado na CAEd, mas já participou do grupo de estudo de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos, ofertada pela CAEd. Trabalha no turno da manhã e tarde em um setor de administração em uma empresa privada, área que não corresponde ao curso de graduação que cursa.

Sobre o diagnóstico, no histórico relatou que a mãe descobriu que era surda e que a descoberta teria ocorrido quando tinha nove meses de idade aproximadamente. Desde então, a família continua investigando o motivo de ser surda. Aprendeu Libras cedo na infância. Sua mãe consegue se comunicar em Libras com ela. Os pais se separaram quando ainda era pequena, vive com a mãe e tem um bom relacionamento com o pai. É o único membro da família que tem o diagnóstico de surdez. Tem a identidade surda, considera-se surda, estudou em escola bilíngue com enfoque em língua de sinais. Precisa de transporte público para se deslocar até a Universidade, sua casa é longe.

Caso B

Participante do sexo feminino, com vinte e cinco anos, encontra-se no sexto semestre de um curso de graduação da UFSM, faltando quatro semestres para se formar. Fez o vestibular em Libras, teve acesso à universidade em 2012. Faz uso da língua de sinais para se comunicar e uso de TILS para receber as informações na sala de aula. Não faz nenhum tipo de atendimento especializado na CAEd. Não trabalha, mas participa de projeto de extensão e tem bolsa para desenvolver esse projeto.

O histórico relata que a mãe descobriu que era surda com nove meses, a família

continua investigando o motivo de ser surda. Tem encontrado outras complicações que estão sendo apresentadas neste período da vida da acadêmica. Aprendeu libras desde pequena, a mãe consegue se comunicar em libras com ela. Os pais se separaram quando ainda era pequena, vive com a mãe e tem um bom relacionamento com o pai, que mora em outro estado. Considera-se surda, tem a identidade construída como surda. Estudou em escola bilíngue.

Caso C

Entrevistado do sexo masculino, com vinte e quatro anos de idade. Acessou a UFSM por vestibular em Libras, veio de outro estado do Brasil. Cursa graduação na UFSM, encontra-se no oitavo semestre de um curso diurno; portanto, suas aulas ocorrem no período da manhã e da tarde. Tem participado de atendimento de reforço em matemática, química e física, durante todo o seu curso de graduação, isso significa, todos os semestres letivos. Também tem atendimento particular com o professor, que se dispõe a atendê-lo separadamente ou com monitor do professor. É bolsista da CAEd, participou de projeto de extensão e de pesquisa. Reside na casa do estudante, dividindo o apartamento com outros estudantes.

Sobre o diagnóstico, foi sua avó quem lembrou que lhe contaram que, quando nasceu, estava tudo bem. Foi ela quem percebeu que havia algo estranho e que isso teria ocorrido por volta de quando tinha dois anos e meio. A partir da suspeita da avó, a família foi procurar o tratamento médico e foi constatado que nascera sem o tímpano. Faz uso de aparelho auditivo desde os três anos, consegue oralizar quando não é entendido. Seus pais se separaram quando ele tinha quatro anos. Hoje tem um bom relacionamento com o pai, que mora em outro estado. Precisa da presença de TILS para se comunicar e receber as informações em Libras. Na trajetória escolar, esteve da pré-escola até a terceira série, em escola especial e, após, em escola inclusiva, sem a presença de TILS. Aprendeu Libras com os amigos surdos.

Caso D

Participante do sexo masculino, com trinta e quatro anos, encontra-se no oitavo semestre do curso de graduação da UFSM, está no último semestre. Fez o vestibular em Libras, teve acesso em 2010. Tem momentos que faz uso de Tradutora Intérprete de Libras, outros não. É oralizado, faz uso de aparelho auditivo. Tem uma identidade flutuante: em momentos se considera surdo, em outros se considera ouvinte. Não faz nenhum tipo de atendimento especializado na CAEd. Trabalha meio turno em uma empresa privada no setor administrativo, diferente do seu curso de graduação.

O histórico relata que a mãe descobriu que era surdo com nove meses; a família continua investigando o motivo de ser surdo. Aprendeu primeiramente a falar e depois Libras, desde pequeno. A mãe consegue se comunicar em Libras com ele. Os pais se separaram quando ainda era pequeno, vive com a mãe e tem um bom relacionamento com o pai. Considera-se surdo. Estudou em escola bilíngue.

Caso E

Participante do sexo feminino, com vinte e cinco anos, encontra-se no último semestre do curso de graduação da UFSM. Fez duas vezes o vestibular em Libras, pois tinha se mudado para outro estado e optou por retornar para a UFSM, pelos vínculos de amizades e condições de assistência na acessibilidade principalmente a presença de TILS.

Considera-se surda. Faz uso de TILS para se comunicar. Participou dois semestres como bolsista de Projeto de pesquisa e extensão com o nome de Glossário de Libras.

No histórico, ela relata que a mãe teve rubéola quando estava grávida, motivo de ser surda. Aprendeu Libras desde pequena, estudou em uma escola bilíngue, em outro estado do Brasil. A mãe consegue se comunicar em Libras com ela. Os pais são casados, porém o pai trabalha em outra cidade, e se encontram no final de semana. Durante a semana, vive com a mãe e tem um bom relacionamento familiar. Sua residência é perto da UFSM, vem de carro da família para as aulas. Não trabalha atualmente.

6.3 INSTRUMENTOS

Para a coleta de informação, foi utilizada como instrumento a entrevista semiestruturada, que contou com um roteiro de perguntas (Apêndice A). As perguntas elaboradas para o roteiro da entrevista foram baseadas a partir do Questionário de Vivência Acadêmica (QVA-r), que foi adaptado de Almeida, Soares e Ferreira (1999), e do Questionário com os estudantes surdos da UFSM, de Luiz Renato Martins da Rocha e Lara F. dos Santos (2017). O roteiro da entrevista contou com questões relacionadas ao bem-estar físico e psicológico, informações sobre a relação com os colegas, professores, intérpretes, familiares, a busca de ajuda e formas de estabelecimento de amizades (ROCHA; SANTOS, 2017).

Todas as perguntas do roteiro foram traduzidas em Libras pela pesquisadora, para respeitar a língua natural do surdo, facilitando o processo de comunicação entre os participantes, e foram disponibilizadas aos participantes em forma de vídeo. Além disso, a entrevista semiestruturada também foi disponibilizada de forma impressa, para o estudante

escolher qual a melhor forma de receber as informações de perguntas. Desse modo, o participante poderia optar por assistir ao vídeo gravado pela pesquisadora com as perguntas da entrevista, ler as perguntas de forma impressa ou, ainda, a pesquisadora poderia fazer as perguntas usando a língua de sinais.

Depois de todo o material coletado, com as respostas dos participantes, que foram gravadas em vídeo, as entrevistas foram traduzidas pela pesquisadora para a língua portuguesa escrita. O material traduzido foi analisado qualitativamente para fazer a análise de dados.

Além da entrevista, foi utilizado o diário de campo para o registro das observações ao longo do período de pesquisa.

6.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS, DE ACESSO AOS PARTICIPANTES E COLETA DE INFORMAÇÕES

O projeto de pesquisa solicitou autorização institucional da Pró-Reitoria de Graduação (Parecer nº 2.911.829) e, posteriormente, foi submetido ao Comitê de Ética da UFSM. Mediante o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM (protocolo CAAEE nº 95874918.5.0000.5346), iniciaram-se os procedimentos de acesso e coleta de informações.

Para acessar os participantes foi solicitado auxílio da CAEd, que é o serviço da Universidade responsável por acompanhar alunos com necessidades especiais. A CAEd disponibilizou informações de contato dos estudantes que correspondiam à seguinte descrição: ser surdo usuário de Libras e ter completado no mínimo 50% de seu curso de graduação, focando principalmente naqueles acadêmicos que estavam em processo de conclusão de curso e apresentavam uma trajetória dentro da instituição.

O contato com os participantes ocorreu por e-mail, através do qual foram convidados para participar da pesquisa. Na medida que os participantes foram respondendo ao e-mail de convite para a participação na pesquisa, foi agendado o encontro, com horários definidos, em espaço físico na Universidade para a realização da entrevista. O local escolhido foi uma sala do próprio prédio 67, onde se localiza a CAEd.

Foi necessário organizar o espaço físico adequado para a realização das entrevistas, pois o ambiente precisava de instalação de câmera filmadora e notebook, de modo que possibilitasse a visualização das perguntas que foram filmadas em língua de sinais e a gravação das respostas dos participantes, que ocorreram por meio da língua natural (língua de sinais).

Foram convidados para participar da pesquisa quinze acadêmicos, que tinham concluído o mínimo de 50% das disciplinas da grade curricular de seus cursos de graduação.

Seis não deram retorno ao e-mail convite. Cinco participantes compareceram à entrevista agendada. Destes, quatro convidados não sabiam onde ficava o prédio 67, local onde as entrevistas foram realizadas. Antes da realização da entrevista, foi solicitada a anuência dos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), que foi previamente gravado em Libras, e, dirimidas as dúvidas, foi solicitada ao participante a assinatura do documento impresso em Língua Portuguesa (consentimento da Entrevista). Foi assegurado sigilo das informações prestadas, bem como a possibilidade da interrupção da participação no momento que o participante desejasse. Também foi explicado aos participantes que caso sentissem algum tipo de desconforto psicológico no decorrer da entrevista, por motivos diversos, a pesquisadora poderia propor uma pausa ou interromper a entrevista e, inclusive, providenciar os encaminhamentos que se fizessem necessários para o restabelecimento do participante. Não houve necessidade de interrupção ou de realização de encaminhamentos. Como benefício indireto da pesquisa, destaca-se que os resultados possibilitaram uma maior compreensão sobre a permanência e a conclusão por parte de estudantes surdos nos cursos de graduação, discutindo-se possíveis melhorias para essa comunidade dentro do espaço universitário.

Durante o processo de entrevista, teve questões que precisaram de repetição; outras o participante respondeu fora do contexto do que estava sendo perguntado, falando de assuntos que eram irrelevantes. Outro fator importante foi que, devido ao fato de os estudantes falarem sobre vários contextos de sua vida, a pesquisadora precisou fazer um recorte no momento de análise dos dados. Eles acabavam emendando com outros assuntos, tornando a entrevista uma pesquisa extensa de dados e informações que trouxeram, mostrando a importância de serem ouvidos em sua língua. Mostrando o quanto foi agradável falarem e serem entendidos na sua língua. Outro aspecto que chamou a atenção da pesquisadora foi de agendar no Prédio 67, local em que atua a CAEd, e alguns estudantes não saberem onde se localizava.

Cabe ressaltar que foram consideradas as diretrizes de pesquisa com seres humanos, focando e proporcionando espaço de escuta para esses acadêmicos, por se tratar de uma Língua Estrangeira dentro do seu próprio país. Foi assegurada a proteção dos direitos dos envolvidos na pesquisa, conforme os critérios éticos, como sigilo, autonomia e liberdade, amparados nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2016). A pesquisa garantiu o anonimato dos participantes, sendo utilizados nomes fictícios, sendo identificados como casos A, B, C, D e E, nas descrições dos casos, procurou-se não detalhar as informações para que os participantes não fossem identificados.

Destaca-se, ainda, que será realizada uma devolução, que poderá ocorrer na forma de

um seminário temático para discussões sobre a permanência e conclusão dos estudantes surdos em curso de graduação da instituição.

6.5 ANÁLISES DOS DADOS

A pesquisadora traduziu para a língua portuguesa escrita todo o material coletado, possibilitando maior acesso às informações. Os dados coletados na entrevista foram analisados qualitativamente. A utilização de entrevista e de diário de campo possibilitou a triangulação dos dados. Os casos foram compreendidos por meio de categorias de análise, estabelecidas a posteriori a partir da análise qualitativa e da literatura especializada sobre vivência acadêmica e sobre surdez. Dessa forma, os dados foram organizados a partir de três eixos de análises: 1) Diagnóstico e a construção da identidade surda; 2) Vivência universitária: ingresso, adaptação e permanência na instituição; e 3) Planos futuros.

7 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os cinco acadêmicos surdos entrevistados, serão identificados por letra A, B, C, D e E, para manter sigilo de identidade dos envolvidos.

7.1 DIAGNÓSTICO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA

Todos os entrevistados são usuários de Libras. Três são bem oralizados, e é possível compreender o que falam, quando se colocam na frente e conseguem ter uma boa dicção. Em relação a comunicação, tem um entrevistado que usa o aparelho auditivo como um auxílio a mais.

Todos dizem se identificar como surdos, e usam a Libras para se comunicar, porém um dos entrevistados possui uma identidade flutuante, dificultando a forma que usa para se comunicar, pois procura fazer uso do aparelho há momentos que não presta atenção na TILS, acabando por não receber nenhuma das informações (por via da voz ou visual).

Os familiares de todos os entrevistados têm pelo menos um membro da família que sabe usar a língua de sinais para se comunicar, e em todos os casos é a mãe a pessoa que se comunica com eles. Em seguida, vem irmã ou irmão, mas ainda continua sendo a maior dificuldade de relacionamento no meio familiar a comunicação. Outro fator interessante que surgiu desses entrevistados: quatro entrevistados têm os pais separados; de somente uma os pais são casados e se mantêm unidos no meio familiar. Essas informações são relevantes de serem analisadas para perceber quais os encaminhamentos são dados, quando somente um membro da família fica mais próximo e consegue se comunicar com o filho surdo. A pesquisa vai oferecer esse momento de reflexão sobre a vivência do surdo em vários ambientes e como ele tem chegado no meio acadêmico.

Começamos a entrevista perguntando quando os familiares descobriram ou detectaram que ele(a) era surdo(a). Uns não têm a certeza desta informação; outros relatam que não têm um diagnóstico do que ocorreu para se tornar surdo. No entanto tem entrevistado que ainda continua a processo de investigação.

[...] nasci surdo, mas ainda não descobrimos por que nasci surdo, investigamos na família. O médico falou que quando eu nasci era ouvinte e fui perdendo a audição, foi percebido no meu desenvolvimento infantil. Outro médico disse que foi na gestação, nasci sem o tímpano e não captava os ruídos. Então, ainda não se tem um diagnóstico do que aconteceu

comigo, se foi na gestação ou após o meu nascimento. A minha mãe falou que durante a gestação foi tudo bem [...] (Caso C).

[...] Quando eu tinha idade de três anos. Eu nasci ouvinte e fiquei doente e fiquei surda. Minha família tentou me fazer usar aparelho, mas eu não gostei. Logo me identifiquei como surda comecei a usar Libras e assim eu continuei (Caso A).

[...] Na verdade nasci e tive meningite com dois meses, e depois com dois anos e três anos comecei a usar prótese auditiva (Caso D).

Eu nasci surda, porque minha mãe teve rubéola e daí eu nasci surda. Minha mãe não sabia o que tinha, não deu nenhum problema orgânico em mim, eu só nasci surda (Caso E).

Com essas informações pode-se observar que, mesmo sendo adultos ainda não sabem ao certo o que ocorreu, se são pré-silábicos ou não. Elas são importantes de pensar no momento de interferências que podem estar no desenvolvimento desses sujeitos, principalmente na aquisição de fala, sendo ela em Libras ou oral. A memória da estrutura da fala é guardada na memória e pode ser usada no momento de uma escrita ou até mesmo no momento de oralizar alguma fala, fazendo uma grande interferência no desenvolvimento linguístico da pessoa.

Outra questão pertinente é ter um diagnóstico mais precoce da criança, ainda na fase da primeira infância, que seria do zero até cinco anos, período em que ela começa a balbuciar por volta dos três meses e formar as primeiras palavras. Nesse período, o cérebro tem uma estrutura e uma neuroplasticidade de maior recepção e adequação cerebral. Ter um diagnóstico mais cedo auxilia numa estratégia de tratamento mais cedo. Hoje já podemos contar com o teste da orelhinha, que se faz nos bebês recém-nascidos, que pode ajudar no diagnóstico precoce, para os pediatras conseguirem fazer logo os encaminhamentos devidos.

Os pais, muitas vezes, não percebem que o seu filho apresenta dificuldade de audição, pois todo o bebê faz sons, balbucia. Essa dificuldade só vai ser mais perceptível, com o atraso de fala, que se dá a partir dos dois anos e meio. A partir desse instante, a família começa a pensar na possibilidade de ter ocorrido algum problema com o seu filho durante a gestação ou nos primeiros meses de vida.

Mas quando ocorre algum trauma, ou doença pós-parto, tem um processo investigativo diferente para a criança. São feitos outros encaminhamentos, como procurar um otorrinolaringologista, fonoaudiólogo, neuropediatras ou neurologistas e assim por diante. É muito difícil nesse processo a família ser encaminhada para uma psicóloga, avaliar qual a melhor possibilidade de tratamento para a criança, se ensina a língua de sinais e a oralização ou somente a oralização, com uso de aparelho auditivo, ou ainda implante coclear. Não se

proporciona para o sujeito a possibilidade de ele fazer a sua escolha de língua. A família geralmente resolve que a criança deve ser oralizada. De certa forma, a criança ou sujeito surdo tem que se adequar à maioria dos familiares, que são ouvintes, esquecendo que o processo de captação de informação se transmite todo de forma visual.

Na verdade não foi a minha mãe que percebeu, mas a minha vó, quando eu tinha dois anos e meio, ela foi percebendo algo estranho comigo, ela avisou a minha mãe: “Olha acho que meu neto não escuta, ele precisa olhar tudo”. Foi procurar apoio, com chocalhos, batendo coisas para perceber se eu escutava ou não eu não respondia a esses estímulos. Concluíram que eu tinha algum problema de audição. A minha mãe me levou até [citou o nome da cidade] num centro de pesquisa lá, eles investigaram, e me deram um aparelho, fiz terapia com fonoaudióloga, depois disso ela começou a ter orientação do grupo de lá para o meu desenvolvimento. Só foi colocado aparelho em mim com três anos de idade, antes tinha toda a investigação dos médicos para descobrir o que era melhor para mim, e assim fui me desenvolvendo (Caso C).

Na verdade nasci e tive meningite com dois meses, e depois com dois anos e três anos comecei a usar prótese auditiva (Caso D).

A minha mãe descobriu que eu era surda, quando eu tinha nove meses de idade, eu era um bebê. Mas ainda continua investigando porque nasci assim (Caso B).

O tratamento oferecido pela área da saúde às vezes se torna caro e difícil da família pagar e continuar mantendo, por se tratar de um tratamento prolongado, além de não apresentar garantias de sucesso de o sujeito conseguir adquirir uma língua para se comunicar, sendo ela língua de sinais ou língua oralizada.

Outra situação muito presente está relacionada ao trauma que a criança sente de ser impossibilitada, ou melhor, proibida de usar as mãos para se comunicar, e reconhecer que, pela questão de perda auditiva, o uso da visão se torna primordial para esses sujeitos. Muitas vezes a família opta pelo mais fácil, a oralização, pois os familiares ainda hoje apresentam resistência em aprender uma nova língua para se comunicar com os seus filhos.

Poucos profissionais reconhecem que uso do aparelho auditivo pode ser visto como uma ferramenta de auxílio à comunicação, e dão ênfase para a língua de sinais ou uso primeiramente da língua de sinais e, em seguida, a oralização, uma das formas de proporcionar menos trauma para a criança. Embora em todos os casos desta pesquisa a surdez tenha se manifestado na infância, cabe destacar que o tratamento com adulto que veio a ficar surdo é

diferenciado. Geralmente se indica o uso de aparelho auditivo ou implante coclear, e insere a língua de sinais, ofertando a possibilidade de escolha de qual a melhor forma que o sujeito se adequa para se comunicar.

O Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004), que trata sobre a deficiência auditiva, enfatiza que a questão da surdez é algo relacionado à identificação como sujeito pertencente a uma comunidade. Legalmente, usa-se o termo Deficiente Auditivo (DA), porém há sujeitos que não se identificam como DA ou como surdo. Ocorre de ter pessoas com deficiência de mais 90 db de perda auditiva que não se aceitam como surdos, não fazem uso da língua de sinais para se comunicar. Existe ainda o contrário: pessoas com perda leve de 20 db, que são usuárias da língua de sinais e se identificam como surdos. O termo surdez está vinculado a uma identificação do sujeito, que tem necessidades voltadas para o visual como artifício de comunicação.

Foi possível constatar nas entrevistas quem se identifica como surdo e também quem ainda não possui uma identidade formada, embora tenha assinalado no início da entrevista que se identificava como surdo. Todos os cinco entrevistados disseram que são surdos usuários da língua de sinais, e fazem uso de Tradutor Intérprete de Libras para se comunicar. Constatou-se que, dependendo do ambiente em que se encontram, usam uma ou outra estratégia de comunicação, para melhor serem entendidos.

Minha família tentou me fazer usar aparelho, mas eu não gostei. Logo me identifiquei como surda comecei a usar Libras e assim eu continuei (Caso A).

Na verdade, quando estou junto com os surdos, uso Libras com as pessoas que sabe Libras. Em casa eu falo mais, ou quando estou com ouvintes eu oralizo mais [...] Parece que não tem escolha, quando estou com surdo, eu uso sinais, quando estou com ouvinte eu oralizo, me sinto bem nos dois (Caso D).

A comunicação no meio familiar foi uma dificuldade relatada, principalmente no que tange à aceitação da língua de sinais como um meio de comunicação com todos os membros. A partir dos casos analisados, pode-se observar que a comunicação é falha no contexto familiar. Falha no sentido de que um membro, geralmente a mãe, é quem aprende ou cria gestos únicos para se comunicar com o(a) filho(a). Embora seja importante reconhecer esse esforço de criar estratégias de comunicação e integração do surdo no contexto familiar, para os participantes que compõem os casos deste estudo tal situação gera frustração, na medida em que precisam se esforçar em dobro para compreender e serem entendidos, prestar atenção

nos sinais e entender o contexto do que está sendo falado. Esse aspecto parece contribuir para que os surdos procurem os seus pares. A frustração de não receber a informação como todos os membros da família acaba sendo o estopim de muitas brigas e divergências familiares.

Só datilologia, soletrar letra por letra, quando eu não entendo o que estão falando comigo, mas normalmente falam direto comigo [...] Mais ou menos, eu canso mais para entender, preciso me esforçar para compreender o que estão dizendo, por isso, eu tenho preguiça de falar com a família e acabo desistindo, também reunião de família também não tenho vontade de participar, por exemplo, festa de aniversário, ano novo, eu escolho ficar sozinho, pois todos ficam falando ao mesmo tempo e eu não consigo olhar para todos ao mesmo tempo e prestar atenção no que estão falando, fico muito cansado, prestar atenção e ficar olhando para entender o que a pessoa está falando estressa, cansa e acabo desistindo. Às vezes a pessoa começa falando comigo e sai falando, e fica de costas para mim, eu não consigo entender, tem que toda hora pedir para a pessoa falar com calma diminuir o ritmo de fala para eu entender, precisa ter mais paciência, mas tem pessoas que não tem paciência, quer falar rápido e pronto, fala como uma fala com outro e eu vou perdendo a informação entende, isso é muito ruim para mim (Caso C).

Na verdade quando eu era pequena, não lembro a idade, eu usava aparelho. Mas isso me incomodava muito, tinha muito barulho, incompreensível e isso me irritava. Na sala tudo quieto, ninguém falava nada, e o barulho me irritava. Não tinha ninguém falando, só o barulho. Isso me deixava nervosa, eu ficava brava, com raiva. Eu tinha uns onze anos quando parei de usar. Quebrei tudo. Nunca mais voltei a usar. Então assumi minha identidade surda, parou aquela dor de cabeça que eu tinha. Tirei tudo fora (Caso E).

A comunicação no meio familiar acaba interferindo na relação como um todo, como expressar afeto, sentimento, ou simplesmente conversar com trocas de informações. Toda essa questão acaba ocasionando o isolamento do surdo do meio familiar, se afastando do convívio familiar.

Foi comum nos relatos a queixa de que recebem informações atrasadas, de forma resumida ou, ainda, de que frequentemente sua opinião para decidir algo não é levada em consideração. A barreira comunicacional perpassa as mais diversas instâncias de sua vida.

Às vezes eu não tenho o carinho dos meus pais, eles só reclamam e eu me sinto afastada deles. Fico sozinha, me isolo. Percebo que com minha família é ótimo, me dou bem, mas só

com eles só falam e não falam em Libras e eu não entendo. Então eles falam resumidamente para mim. Não gosto disso, sou sempre a última a saber das coisas. Meu pai e minha mãe sabem de tudo e eu não sei. Por quê? Porque sou surda? Parece que a informação sempre chega atrasada. Sempre depois, depois, depois... Isso me incomoda muito, causa muita briga na família, por não falar comigo, não me explicar eles falam “Ontem tava conversando”... Ontem! Ontem! Sempre um ou dois dias atrás. Daí estou sempre atrasada nas informações. Isso me incomoda muito. Minha mãe sabe Libras, fala que tá cansada que não quer interpretar pra mim, quer folga, quer descansar. E eu? Eu sou surda, sua filha, precisa conversar com alguém. Aconteceu. Tem dois filhos e infelizmente eu sou surda. Eu preciso de Libras, não posso parar, vou usar Libras para sempre. “Eu estou cansada. Não quero falar”. Ela diz (Caso E).

Questões relacionadas à comunicação geralmente estão mais focadas na mãe. Ela é a figura no meio familiar que geralmente organiza alguma forma de se comunicar com o filho(a) surdo(a). Usa estratégias para se comunicar, porém acaba sendo cansativo de estar sempre traduzindo todas as comunicações familiares. Quando a pesquisadora questiona quem mais sabe Libras na sua família, se o pai sabe, por exemplo, a resposta foi:

Não. Ele só sabe o básico. Ele esquece, não lembra. Acostumado a fazer apenas datilologia. As vezes, ele usa classificador, gestos, fica falando, falando na minha frente. Só minha mãe é fluente em Libras. Quando eu estou com toda a família, aí a Libras quase não tem, bem pouco, muito pouco. Quando é fora a minha mãe é bem fluente, com outros surdos ela(mãe) fala bastante, mas dentro de casa ela não fala comigo. Isso me incomoda muito, é muito triste. A minha mãe sabe, eu já falei que não gosto de informação atrasada, eu ela passe as coisas resumidas pra mim (Caso E).

A barreira da comunicação de um sujeito surdo se inicia desde o contexto familiar, estende-se por sua vida e evolui conforme vão ocorrendo relações com as pessoas, criando novos vínculos. A procura por seus pares de identificação é muito marcante de se perceber com os surdos. Eles criam grupos de interesse, e geralmente é por causa da língua, em que todos conseguem ter uma conversa fluente de informações, aprendizado e trocas, formando um espaço de troca de afeto e relacionamentos de maior vínculo.

O processo de escolarização ainda é uma incógnita para muitas famílias, que não sabem se colocam o filho numa escola bilíngue com ênfase em Libras ou em uma escola regular,

correndo o risco de não ter um tradutor intérprete de Libras no ambiente escolar. Esse risco é o maior agravante no processo educacional, pois pode ocorrer o isolamento do sujeito surdo dos colegas ouvintes. Outro fator é como realmente ocorre a aprendizagem e a avaliação de sua promoção, pois ainda não se tem clareza de como deve ocorrer. Por outro lado, tem-se acadêmicos dos dois contextos que foram entrevistados e vamos conseguir ter um pouco de conhecimento de como esse público vai se promovendo dentro da escolarização e chega no meio acadêmico.

Dos entrevistados, a maioria teve algum contato com escolas bilíngues com ênfase em língua de sinais, onde as informações chegam na sua primeira língua, que é Libras, e na língua portuguesa escrita. Somente um dos casos nunca estudou em escola bilíngue, sempre estudou em escola inclusiva, onde usava aparelho auditivo e não tinha a presença de TILS.

Primeiramente eu estava em escola inclusiva, depois abriu [nome da escola], uma escola bilíngue e eu comecei a estudar lá (Caso A).

7.2 VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA: INGRESSO, ADAPTAÇÃO E PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO

Quando os entrevistados são indagados sobre o processo seletivo para ingressar no espaço acadêmico, podemos perceber a importância de se ter a prova em Libras. A UFSM, foi uma instituição pioneira em ofertar o vestibular em Libras para os surdos. Esse tinha o formato vídeo prova em Libras. Todos os surdos inscritos faziam a prova no mesmo tempo regular do edital, com adicional de mais uma hora, eram colocados em um laboratório de informática, com o número de cinco a seis Tradutores Intérpretes de Libras, além de fiscal para acompanhar tudo. Todas as questões eram em Libras, adaptadas para a melhor compreensão do vestibulando, dando autonomia de o candidato ir para frente ou para trás, proporcionando sua autonomia. A intérprete só era solicitada no momento de informações, ou incompreensão do sinal utilizado na região. O candidato também recebia a prova impressa, com o gabarito para marcar. A redação era escrita em Língua Portuguesa. Esse método a UFSM utilizou de 2009 até 2015. Após esse período, passou a usar o formato do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como processo seletivo.

Tinha uma intérprete só para um monte de surdo e tinha que ficar esperando o intérprete vir. Daí não adiantava. Depois eu fiz pela segunda vez e parece que era igual.

Começou a ter no ano seguinte [vídeo libras]. Pode ter um monte de surdos numa sala de aula, o surdo clicar na pergunta feito em libras. Eu gostei muito, porque daí o surdo vai vendo as perguntas, têm várias intérpretes que auxilia apenas no que falta, nas dúvidas, e não se perde muito tempo no momento do vestibular. Porque no passado, era um monte de surdo na sala e tinha somente uma intérprete. Porque daí fica, se tenho dúvida, eu posso rever a questão em Libras ou ver quantas vezes eu precisar. Então, às vezes tem questões muito longas e no computador você vai vendo, é bem melhor, porque você vai acompanhando na escrita e em Libras. Eu fiz duas vezes o vestibular (Caso A).

No momento que o candidato faz o processo seletivo, tem vários empecilhos. O principal que se apresenta é a compreensão da Língua Portuguesa, conforme Rocha (2015), já havia comentado na sua pesquisa, sinalizando que a apropriação do conhecimento para os surdos é por via visual. Outro fator muito presente é o não entendimento do conceito que a Língua Portuguesa tem, pois se trata de uma língua complexa, com regras e estrutura gramatical próprias. A língua de sinais usa outro meio para se expressar, expressões faciais, uso de classificadores (técnica gramatical em Libras), pois a língua de sinais tem uma outra dimensão de estrutura de língua. Este aspecto tem sido o foco de estudo de Quadros (1997). A partir das pesquisas feitas por Quadros, têm pesquisa na linguística na língua de sinais, fazendo um comparativo com pesquisa que tem ocorrido na Gallaudet University (EUA), University of Rochester (EUA), Universidade de Göttingen, aqui no Brasil como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e entre outras instituições que têm ampliado as pesquisas na área da surdez.

Sim, em Libras. Em 2011 fiz na UFSM pela primeira vez. Eu gostei muito, foi tranquilo. Entendo um pouco o português, não perfeitamente, mas eu consigo entender o contexto, aí consigo responder. Vou olhando e fica bem fácil responder, me ajuda muito. É muito importante a acessibilidade para os surdos, para conseguir entender e estar se entendendo. Eu gosto dos dois, me ajuda a entender melhor os dois. Quando eu não consigo entender em português, tem libras que me ajuda. É importante para o surdo entender as duas línguas. Isso é muito importante para comunicação escrita, para o meu futuro, mestrado, pós, precisa entender a escrita, não adianta só Libras. Precisa ter coragem, precisa se esforçar muito (Caso E).

A experiência de fazer uma prova pelo ENEM apresenta a dificuldade que o surdo tem em realizar uma prova em outra língua. No momento da prova, o intérprete só pode proporcionar para o vestibulando o sinal da palavra, faltando o contexto em que ela se aplica. Para exemplificar esse aspecto, tomemos a palavra “manga”: tem-se a fruta, a manga de torneira, ou, ainda, a manga da roupa. Além disso, há o regionalismo da língua, e o vestibulando pode ser proveniente de outro lugar do estado, ou mesmo de outro estado. Para novamente exemplificar, as palavras “bergamota” e “mexerica” representam a mesma fruta, têm o mesmo sinal, mas carregam regionalismos diferentes (referência de língua).

Ah eu fiz duas vezes o ENEM era só texto. Era horrível, não entendia nada. Consegui alguma nota para conseguir passar. Havia uma intérprete que quando eu não entendia a palavra ela dava o sinal, mas não adianta porque eu preciso saber o contexto. Daí tem toda uma questão ética que o intérprete não pode falar durante a prova. É desafiador, é uma prova extensa. O ENEM precisa rever essa situação. Melhor de tudo seria prova em libras, vídeo provas é ótimo. A prova escrita é longa e o surdo não consegue entender, não consegue responder. Vai só chutando e fica imaginando o que deve de ser. Na prova em Libras a gente consegue entender, consegue lembrar dos conceitos, tem experiência porque é a tua língua. É o melhor vestibular para mim. Eu fico triste porque sendo essas provas escritas é horrível para os surdos, isso prejudica a comunidade surda. Seria bom o vestibular sempre em Libras para os surdos, em relação a acessibilidade (Caso E).

Outra situação que os entrevistados relataram foi a dificuldade de fazer uma redação em Língua Portuguesa e, conseqüentemente, os critérios utilizados para avaliar a redação, como estrutura gramatical, conjugação ou tempo verbal. Na Libras, esses aspectos são chamados de parâmetros, envolvem a localização do movimento, posição de mão ou ainda a expressão facial, que corresponde ao contexto em que se trata o assunto (QUADROS; KARNOPP, 2004).

Eu vejo o vestibular em Libras, algo muito bom, eu passei em 2009, com nota, mas deu problema na redação, todos foram reprovados, teve processo... [risos]. Fiz novamente em 2010, na verdade na época as pessoas não entendiam a escrita dos surdos, não tinha acessibilidade lá na [citou o nome da instituição], pelo que vejo, a estrutura ainda não tem hoje, não está preparada para atender os surdos, é isso que complicado como a gente diz, não consegue lidar, com essa parte da comunicação (Caso D).

A autonomia de realizar uma prova de seleção em sua própria língua possibilita reconhecimento, respeito e, acima de tudo, acessibilidade. Nesse período podemos constatar o número elevado de ingresso de surdos na UFSM. Mesmo que a instituição não tivesse o número de TILS suficiente para atender toda a demanda que ocorreu. A instituição tem sempre, na primeira semana de aula do semestre, a recepção dos novos acadêmicos, quando são passadas as primeiras orientações sobre a vida acadêmica na universidade. Como eles precisam fazer para solicitar um TILS, sendo esse serviço o mais difícil de eles compreenderem, pois, a dinâmica da UFSM tem um número expressivo de solicitações e demanda pelo número de surdos. Receber muitas informações ao mesmo tempo se torna para alguns um choque inicial, choque de realidade, muito diferente da que estão acostumados a ter. Esse espaço é um caminho para a sua autonomia, e um espaço de muita produção de conhecimento. Para algumas famílias, o seu filho surdo é o primeiro a chegar em um espaço acadêmico. A recepção é a forma de dar as boas-vindas ao novo ambiente em que estão sendo inseridos.

Quando eu comecei a estudar aqui, tive vários sustos, o primeiro foi o clima, as pessoas, a questão cultural, a questão familiar todos muito longe, meus amigos, o curso muito diferente do que eu imaginava, bem diferente do segundo grau quando eu estudava. Não sabia qual era o papel do intérprete em sala de aula, foram várias surpresas para mim. Mas eu gostava da área da computação, matemática. Mas o problema que aconteceu de errado comigo, foi que eu não participei da calourada, da recepção de novos vestibulandos sempre sai, não ficava de medo, eu ficava preocupado com o que iriam fazer comigo, foi bem confuso, isso para mim, depois eu percebi com o tempo que os colegas passaram a criar grupos nessa semana de recepção, fizeram contatos, tinham afinidades, faziam trocas, eu só estava indo para aula, alguns colegas tentaram se comunicar comigo, começamos a usar computador e formas para se comunicar, mas somente quando tinha trabalho em grupo ou laboratório, atividades, prova, e a gente passou a se falar por e-mail, facebook. As formas de se comunicar mais presencialmente, de olho no olho, não tinha. Os colegas tinham grupos e no final da aula iam em bar, passear, mas nunca me convidaram para participar, porque eu era surdo, sim, sempre me senti sozinho no curso. No segundo grau eu tinha uma relação melhor de troca com os colegas, mas na universidade não. Percebi que alguns colegas do segundo grau foram embora, faz tempo que não se vê, quando você se encontra novamente, continua tendo uma relação de amizade, mas com esses colegas da universidade, contar alguma coisa que aconteceu de sua vida, falta essa união (Caso C).

A comunicação com os primeiros colegas, assim que eram recebidos na universidade, mostra o afastamento dos ouvintes, por sensação de medo ou incompreensão da língua. Outros, apresentam preconceito com os surdos, chamando de deficiente (pensando que outras áreas do cognitivas foram afetadas), ocasionando uma sensação de abandono, isolamento.

Algum colega olhava, mas fugia. Poucas pessoas me cumprimentaram. As pessoas parecem que não tinham atenção em mim, achavam que era difícil a comunicação e se afastaram. Então era mesmo mais a intérprete, ficávamos em um grupo (Caso A).

A UFSM é pioneira em oferecer vestibular em Libras, e a experiência dos estudantes surdos repercute na comunidade surda, o que colabora para que a instituição esteja entre as primeiras opções destes estudantes. Aliado a isso, ressalta-se a possibilidade de estar numa instituição federal, onde o estudo é subsidiado pelo governo, assim como a possibilidade de ter TILS para fazer a mediação na comunicação, o que coloca a UFSM num ponto de destaque para os sujeitos surdos. Por se tratar de uma profissão nova, existem poucos profissionais qualificados para atuar no espaço acadêmico, conforme o Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), regulamentada pela Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002). Os surdos acabam tendo um vínculo com os TILS, pois esses profissionais se tornam a referência de tudo em sua vida acadêmica. Para alguns, esse fato pode criar uma certa dependência, deixando de proporcionar, portanto, autonomia.

Acho que foi nas intérpretes. A primeira vez que eu vim na UFSM, tinha muitos surdos que me falavam que a UFSM era muito bom, porque tinha intérprete, acessibilidade, que o vestibular era em Libras. Eu achei curioso, vim aqui e fiz minha inscrição no vestibular. Era bem visual, bem agradável, gostei da prova. Encontrei algumas intérpretes no dia da prova, encontrei surdos. Lembro dá [nome citado da pessoa] há muito tempo atrás. Era o grupo, onde eu conheci a primeira vez. Os surdos me deram dicas, me passando as informações de como era a prova. Aí eu aproveitei e resolvi estudar aqui (Caso E).

Quando questionados sobre a estrutura que a UFSM disponibiliza, pensando desde infraestrutura física, acessibilidade dos acadêmicos aos espaços da instituição, conseguimos obter estas informações na entrevista:

Porque em [citou estado e cidade] seria a [nome das instituições privadas] e elas não tinham plano acessibilidade, também tinha falha na estrutura, e o custo de vida é muito caro acabei desistindo e nem fiz o vestibular lá. Acabei fazendo só na UFSC e UFSM. Fui procurar encontrei a UFSM que tinha três coisas importantes para mim, acessibilidade, estrutura e custo de vida mais baixo, tem casa, comida de graça e tudo se torna mais barato. Tenho amigos meus que tem um salário maior tudo bem para eles mas não é minha realidade (Caso C).

Tem interprete de libras, têm casa de graça, tem comida no restaurante universitário, é tudo muito perto, facilita tudo, não preciso pegar ônibus para estar me deslocando. Por exemplo a instituição é longe, esperar a intérprete chegar muitas horas se perde dentro do ônibus para o deslocamento, tudo isso é um problema. Por isso a UFSM tem uma estrutura melhor isso é melhor para mim escolhi aqui (Caso C).

Acho que a partir de 2015, melhorou para mim, melhorou bastante. Porque no passado, assim como se diz não é acessível, acesso a informação de 2015 para trás não tinha muita coisa. De 2015, vejo que tem apoio das intérpretes de Libras, também o surdo tá participando mais da relação com os intérpretes de Libras (Caso D).

O processo de adaptação no contexto acadêmico revelou os desafios diários dos estudantes, e também que, como coletivo, ainda precisamos avançar no que tange à formação de novos vínculos e de relacionamentos interpessoais.

No começo era todos ouvintes, eu não entendia nada. As pessoas não queriam chegar perto, parecia que tinham medo, não sabia que eu era surda, em outros cursos até sabia como fazer com os surdos, mas no meu curso, só tinha eu. Eu me sentia muito mal, triste, deprimida, pensava em desistir, as pessoas me diziam que não, era para eu me esforçar e continuar, dando tempo, calma, vamos ver como vai ficar para frente (Caso B).

Algum colega olhava, mas fugia. Poucas pessoas me cumprimentaram. As pessoas parecem que não tinham atenção em mim, achavam que era difícil a comunicação e se afastavam. Então era mesmo mais a intérprete, ficávamos em um grupo (Caso A).

Quando eu cheguei, os surdos já me avisaram, em 2010, como era a UFSM. Tinham alguns amigos surdos que já tinham passado, que reclamavam que não tinha intérprete, que era muito difícil. Então, essas foram as informações que me passaram. Depois, começou a ter algumas intérpretes e tal. Quando começou a acontecer comigo, eu já sabia o que os surdos tinham me falado. Então, a falta de intérprete, não tinha intérprete concursada,

era só contratada. Tinha uma empresa particular, aí tinha que chamar e demorava. Aí minha mãe e tia começaram a reclamar que era meu direito, foram na reitoria, demorou um pouco, deu maior das confusões. Então tinha pouco intérprete para quantidade de surdo, maior das confusões. Aí quando chegou a intérprete, comecei a entender melhor os conteúdos. No começo foi bem difícil. No começo do ano, em 2013, teve intérprete concursada. Aí foi bem melhor, nossa! Mas antes, quando era contratada, era horrível! Demorava para chegar [licitação] (Caso A).

A falta de intérprete, no contexto de sala de aula, é algo que prejudica muito o desempenho desses acadêmicos. As informações são passadas e não chegam até o aluno. Muitas coisas melhoraram, segundo a análise dos que estão desde 2010, até o momento. A presença de TILS concursados transmite mais segurança para esses estudantes. Outro fator, também, apresentado é um quadro maior de profissionais TILS, atuando para o número expressivo de surdos que a UFSM atende, uma demanda recorrente do vestibular em libras e uma estrutura mais adequada para essa comunidade.

Boa pergunta. Aqui na UFSM tem acessibilidade, tem intérprete, onde você PRECISAR tem a intérprete. Gosto desse atendimento. O problema é que tem poucas intérpretes. O grupo de surdos é maior, para o grupo menor de intérpretes. Precisa ser mais equivalente com o número de surdos que entram. Aqui tem um monte de surdos, então tem poucas intérpretes. Com a equivalência fica melhor o atendimento. Percebo que as intérpretes ficam cansadas, doentes, com dor de cabeça porque tem que fazer a tradução do que estão ouvindo para passar para gente. Precisa fazer a adaptação do que está ouvindo para passar pra gente, tem que ter um bom vocabulário e isso cansa. Também vejo que é importante ter duas intérpretes no momento da interpretação, sempre de dupla. Eu imagino que é muito melhor, para ajudar, pq daí uma apoia a outra no momento da interpretação. Isso vai ajudando e diminui também o nível de estresse. O que melhora é que o surdo consegue ter uma melhor compreensão do que está sendo falado. Falta também uma sala própria de convivência de surdos dentro da universidade. Aqui não tem esse espaço. Tem sala só de intérprete, mas falta uma sala para os surdos. Precisa organizar uma sala própria onde os surdos consigam ter convivência. Tem muitos prédios distantes que a gente consegue se encontrar, tem janelas entre turnos que a gente fica perdido e não sabe onde ir. Seria bom ter um lugar onde a gente pudesse conversar, estudar. São duas coisas que eu acho que precisa melhorar que é a questão das intérpretes e a sala de convivência (Caso E).

A comunicação perpassa todas as relações que ocorrem no meio institucional. O sentimento de isolamento, pela barreira comunicacional, não se mostrou presente apenas nas relações com colegas, professores, mas também com outros profissionais da instituição. O trecho a seguir destaca a percepção dos estudantes em relação às orientações (re)matrícula as disciplinas.

Na verdade só recebia um e-mail da coordenação avisando que deveria fazer matrícula, para cuidar da data de rematrícula no caso para não ficar de fora aí o portal avisava que estava matriculado. Fazia tudo direto (Caso D).

A primeira vez eu vi que alguns colegas me mostraram e me explicaram como fazer. Depois eu fui fazendo com cuidado. Na segunda vez já entendi depois eu fiz sozinha. Às vezes dá problema no sistema, vou no coordenador do curso para resolver. Ele faz a minha matrícula. Mas geralmente eu escolho e faço sozinha. Eu geralmente escolho, sinto como é vejo se é ruim a disciplina, olho a grade de horários, se dá choque com outra disciplina, eu tiro. É assim que eu faço, sempre faço assim (Caso B).

Sobre como fazem os trabalhos com os colegas ouvintes (a pesquisa quer avaliar) se a barreira comunicacional impede ou não que se criem relações com pessoas de outros contextos:

Porque às vezes os colegas ficam falando do trabalho, e não me falam, me passam só o resumo do que foi tratado, eu não participo das discussões, ou dizem vou te passar só um pouquinho, ou espera um pouquinho já te falo e não falam nada. Às vezes opto em fazer sozinho o trabalho e o professor me respeita (Caso B).

Acho que meus colegas têm medo das Libras, tem a primeira vez um colega surdo, e não sabe o que fazer, não aceita a minha presença ou contato comigo, não que fazer troca, ai se afasta de mim. Isso aconteceu comigo, parece que falta contato troca não se tem, mas tem o outro lado, o professor, respeita comigo, tem alguns professor que se interessa vem perguntar como pode melhor o meu aprendizado, como pode adaptar, se preocupa com a minha presença. Mas tem outros professores que não tem interesse, tipo a culpa é minha você tem que se virar, eu tenho que procurar estratégia de como adaptar procurar o professor para tirar dúvida depois da aula na sala do professor. Isso me ajuda a desenvolver melhor, quando o professor explica só para mim, eu preciso estar indo toda a semana procurando o professor

para ele me explicar o conteúdo. Também tem disciplinas onde o professor não dá nada de prática ou atividade, é pior para mim não consigo entender a prática, o contato com o professor tirando a minha dúvida particular com o professor, e tendo esse contato direto com o professor me ajuda muito mais, pois só assim o professor vai entender como é a área da surdez, que surdo aprende diferente do que ouvinte, e que são aprendizados diferentes. Isso ajuda o professor mudar a sua consciência com o aluno. Sou uma pessoa, mas o maior problema é os colegas que não fazem trabalho presencial comigo, tudo é por internet, mensagem ou e-mail, as atividades e exercícios a gente consegue trocar, nunca fiz trabalho presencial com colega. Às vezes eu fico preocupado de como vai ser o meu futuro, com o que vou trabalhar, se vou conseguir vaga de trabalho em alguma empresa, fico muito preocupado, porque o curso aqui é micro sistemas de informação, fico imaginando de como isso vai ser difícil para mim, se já está complicado no curso de graduação imagina depois de formado.

A UFSM tem trabalhado desde 2007 com Ações Afirmativas. A acessibilidade, ou a falta dela foi destacada pelos estudantes e algumas sugestões também foram feitas:

Aqui na UFSM tem acessibilidade, tem intérprete, onde você precisa tem a intérprete. Gosto desse atendimento. O problema é que tem poucas intérpretes. O grupo de surdos é maior, para o grupo menor de intérpretes. Precisa ser mais equivalente com o número de surdos que entram. Aqui tem um monte de surdos, então tem poucas intérpretes. Com a equivalência fica melhor o atendimento. Percebo que as intérpretes ficam cansadas, doentes, com dor de cabeça pq tem que fazer a tradução do que estão ouvindo para passar para gente. Precisa fazer a adaptação do que está ouvindo para passar pra gente, tem que ter um bom vocabulário e isso cansa. Também vejo que é importante ter duas intérpretes no momento da interpretação, sempre de dupla. Eu imagino que é muito melhor, para ajudar, porque daí uma apoia a outra no momento da interpretação. Isso vai ajudando e diminui também o nível de estresse. O que melhora é que o surdo consegue ter uma melhor compreensão do que está sendo falado. Falta também uma sala própria de convivência de surdos dentro da universidade. Aqui não tem esse espaço. Tem sala só de intérprete, mas falta uma sala para os surdos. Precisa organizar uma sala própria onde os surdos consigam ter convivência. Tem muitos prédios distantes que a gente consegue se encontrar, tem janelas entre turnos que a gente fica perdido e não sabe onde ir. Seria bom ter um lugar onde a gente pudesse conversar, estudar. São duas coisas que eu acho que precisa melhorar que é a questão das intérpretes e a sala de convivência (Caso E).

Às vezes o professor esquece de colocar legenda nos vídeos. A gente avisa a professora e ela diz “desculpe, você tem intérprete”. Aí fui à CAEd, peguei as normativas e entreguei para ela ler, mas às vezes o professor não lê e esquece que eu sou surda, saber que é impossível eu estar olhando para a intérprete e ver o vídeo. Não pode esquecer que sou surda, sou sua aluna (Caso A).

No meio acadêmico, tem professores que não tiveram formação de como adaptar material para os acadêmicos com demandas diferentes dos ditos “normais”. Os surdos são esse grupo, para quem o professor precisa colocar legenda nos vídeos. Com o deslocamento de cabeça para a tela de projeção e a necessidade de se voltar para a TILS, fica impossível para o surdo acompanhar, além de proporcionar mal-estar físico, como náusea e tontura. Todo início de semestre, o setor da CAEd disponibiliza para os professores uma orientação sobre a presença de surdos e TILS na sala de aula.

A intérprete não vem e ela, a professora, fica falando gritando no meu ouvido e manda eu copiar. A professora não entende que a intérprete tem uma função. A maioria dos professores não entende qual é a função do intérprete e a função do aluno. É o maior problema que tem dentro da universidade. Ou então a pessoa passa entre eu e a intérprete, ficam cruzando no meio. Outra coisa, o professor vai falar pro intérprete e não vem direto a mim. Eu sou a aluna. Não tem adaptação. Mas eu percebo uma professora que adapta material para mim, porque ela já trabalhou com surdos em outro semestre e já entendeu que precisa adaptar para mim, mas a maioria dos professores não. Um ou dois conseguem adaptar, mais a maioria não. Impossível (Caso A).

Sobre a estrutura de apoio com estudos e organização com a vida acadêmica, auxiliando na adaptação com a universidade e até mesmo com disciplinas, procuram de ajuda quando é preciso resolver alguma coisa:

Sim, sim. A CAEd me dá apoio. Eu uma ou outra vez deu problema com intérprete e eu precisei do núcleo para reclamações. Às vezes acontece problema com professor e eu procuro a CAEd. Mas agora não tem mais problema, no passado reclamei muito pelo orientador que fica me enrolando. Mandei e-mail reclamando do meu orientador, aí o núcleo me respondeu. Creio que deveria ter regras sobre a interpretação, não adianta falar em cima da hora que não há intérprete para minha orientação. O núcleo mandou e-mail para ele

falando sobre isso, que não adiantava marcar em cima da hora, que tinha uma normativa antes. Não adiantava ficar mandando em cima da hora, que não tinha intérprete e aí não adiantava eu ir para orientação. Isso era um problema, mas o núcleo me ajudou a resolver essas coisas (Caso E).

Os docentes vão, com o tempo, entendendo a importância de adaptação de prova, materiais para os acadêmicos, possibilitando uma avaliação de como se apropriaram do conhecimento e podendo expressar a sua real condição.

A professora que avisou que teria prova, entregou a folha e passou por mim. Entregou para todos e menos pra mim, até a intérprete tomou um susto. A professora disse para esperar, pois era outra prova. Então ela veio e entregou uma prova para mim e outra para o colega cego. A professora avisou que a prova dos outros era igual e que a nossa era adaptada. Eu tomei um choque, pois nunca vi isso durante todo meu curso. “Nossa que legal!” a professora conseguiu adaptar uma prova pra mim e para meu colega cego. Também o cego tinha monitora para acompanhar ele. Foi muito bacana, pq eu nunca vi. Normalmente o texto projetado era igual para ouvintes, mas foi totalmente adaptado para o surdo, como eu entendo o português. Eu queria perguntar mais para essa professora, mais professores tinham que ter contato com ela e entender como era ter um aluno surdo (Caso A).

O processo de finalização do curso de graduação, as atividades de estágio e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) podem ser compreendidos como oportunidades para romper barreiras comunicacionais. No entanto, parecem ser vividas com sensibilidade, estresse e sofrimento.

Antes eu estava muito nervosa, estressada, achei que ia morrer com meu TCC. Ainda bem que tenho uma ótima orientadora, ela se preocupa comigo. Ela não fica só me cobrando. Ela vê como estou, me pergunta, ajuda com texto. Às vezes digo que não entendi claramente, ela senta comigo, me dá dica, lê o texto comigo. Vê como fica melhor escrito o texto. É ótimo. Ela já foi minha orientadora no estágio também, então ela consegue adaptar as coisas pra mim. Ela entende que eu sou surda, mas os outros não entendem (Caso A).

A gente explica, explica e eles não entendem. No passado, no estágio, tinha professores que me cobrava a estrutura do português perfeito. Aí fui nas intérpretes para fazer a tradução para mim, comecei a entender melhor e ela começou a fazer uma estrutura de português mais

simples. Porque um português mais formal eu não consigo entender, ela começou a adaptar para mim e entender a minha estrutura (Caso A).

7.3 PLANOS FUTUROS

Os acadêmicos que estão em fase de conclusão de curso começam a apresentar apreensão sobre o futuro profissional, sabem e presenciam diariamente a dificuldade de se comunicar com pessoas que não falam a sua língua.

Outra situação presente, são acadêmicos se formando nos mais diversos cursos de graduação. Isso proporciona o acesso às diversas áreas profissionais.

[...] mas depois fiquei pensando, o problema é o mesmo, pois eu continuo com a mesma situação, percebi que isso é um desafio para a minha vida, temos vários problemas parecidos, por isso a área de conhecimento do surdo se torna um desafio, imagina no futuro é igual o que ocorreu com os meus colegas na faculdade, se vou tentar acessar, não vou ser aceito, pois a maioria das pessoas não conhece a área da surdez, por isso preciso quebrar essa barreira, eu preciso ter contato com as pessoas ouvintes, preciso participar dos lugares isso vai mudando com a minha presença é complicado, mas tudo vai modificando (Caso C).

[...] eu penso em me formar e tentar depois um concurso, algo que me dê mais segurança penso na área geral, ficar procurando trabalho, se conseguir que boa sorte ou ainda a terceira opção continuar estudando fazer um mestrado hoje, eu não sei ao certo o que fazer, não sei se o curso que faço é o certo para mim ou não. Penso, agora estou perto do fim, então preciso continuar estudando, acabar com ele depois eu decido o que fazer (Caso C).

É perceptível essa angústia de final de curso. Essas questões de futuro só vão se tornar visíveis quando os acadêmicos geralmente começam a participar de estágios, ou observação nos espaços de atuação. No momento que participam de projetos também. No caso deste entrevistado (Caso C), ele participou de projetos de pesquisa e extensão, e aí começaram essas indagações, se esse curso foi realmente a melhor escolha profissional.

Estou aproveitando agora para ver empresa que tem experiência nessa área, preciso pensar se vou continuar fazendo graduação ou vou trabalhar numa empresa, mas quando eu vou para uma empresa o que vou fazer? Fica complicado. Ela quer resultado positivo bem rápido, precisa ir em palestra, cursos de formação, reunião, tem atividades para eu fazer, e

tudo isso é um problema, pois tem empresa que não tem intérprete de libras e quem vai sair prejudicado sou eu vai ficando negativo para mim. Pensa por exemplo em uma reunião me dá uma atividade para fazer para a semana seguinte: um entende de um jeito e eu entendo de outro jeito, e dá errado, tem por exemplo o app do celular mas a tradução é falha. O texto fica confuso, não consigo entender do que está sendo tratado, demoro para entender e dar a minha opinião, não consigo fazer essa troca da dinâmica de uma conversa, parece sempre que fico isolado, sozinho. É complicado, pois aí fica sempre negativo. A empresa vai avaliando e percebe o quanto de negativo e acabava eu sendo demitido, da empresa não quer se responsabilizar de contratar uma intérprete para mim. No planejamento também de algum projeto, a intérprete não é permitido entrar por questão de sigilo, isso acaba sendo uma barreira para mim. Tudo isso me fez pensar em largar o curso, e procurar outro curso (Caso C).

[...] às vezes eu fico preocupado de como vai ser o meu futuro, com o que vou trabalhar, se vou conseguir vaga de trabalho em alguma empresa, fico muito preocupado, fico imaginando de como isso vai ser difícil para mim, se já está complicado no curso de graduação imagina depois de formado (Caso C).

Uma das entrevistadas não tinha planos em relação ao seu futuro. Tinha dificuldade de entender essa nova proposta, de continuar estudando, ou até mesmo uma orientação do que pode ser feito com áreas afins, propondo ideias de continuidade de formação.

[...] a verdade eu não pensei nada ainda, mas tem algumas professoras que tem falado para mim continuar. “Você consegue”. Mas eu vejo que aqui não tem o objetivo para minha área, para surdez. Então, se tiver pós na minha área, ou mestrado, como as intérpretes fazem coisas para a área delas. Mas aqui na UFSM não tem, é focado para ouvinte. Lá na UFSC já tem mais coisas para surdos, mas às vezes as orientadoras não sabem como orientar, não sabem como é. Mas tem professora que fica cobrando, cobrando e às vezes a gente não entende. Então as dicas, é legal as dicas. Tinha uma professora que ia abrir edital para pós, ela me avisou “você pode fazer”, aí fui tentar ver, mas eu não entendi e fiquei bem confusa. Mas quem sabe mais pra frente eu tento alguma coisa (Caso A).

Têm acadêmicos que pensam em concursos, sonham em ser empreendedores, criar um negócio no seu próprio nicho, demanda que se percebe ser carente no mercado brasileiro, sendo críticos com a realidade, e aprendendo a administrar seus sonhos e alcançar sua autonomia.

Eu quero me formar e tentar algum concurso. Estou estudando para concurso [...] e continuar vou continuar para ver se passo em algum banco. Gostaria de trabalhar em banco, em qualquer lugar. É a vida, preciso ser independente. Meus pais já estão cansados. Preciso ter coragem de me libertar. Também quero tentar fazer meu mestrado no mesmo tema do meu TCC, na área de acessibilidade, de empreendedorismo, onde bar, restaurante tenha tudo acessível dentro da Libras, banheiro acessível, redes sociais, ter acessibilidade em tudo. Procurar encontro de surdos, onde criaram empresas, bar. Têm alguns lugares fora do Brasil que já tem criado essas empresas acessíveis, eu quero fazer o mestrado sobre isso (Caso E).

8 CONCLUSÕES

A análise dos três grandes eixos, aborda questões voltadas para a vivência de cinco acadêmicos surdos desde o seio familiar, passando pela escola, até chegar na fase acadêmica, fazendo projeção para o futuro.

Os estudos apontam que a barreira comunicacional ainda persiste em pleno século XXI. Tudo começa no meio familiar marcada pela dificuldade que os familiares têm em se comunicar com o filho. Nos encontros familiares, podemos constatar que ocorre o isolamento e distanciamento, o que leva à procura constante dos seus pares linguísticos, para se identificar. As relações interpessoais na família são bem presentes na fala dos entrevistados.

Dos cinco entrevistados, foi possível conhecer histórias de vida muito similares em relação ao processo de diagnóstico e contexto que vivenciaram.

No encaminhamento na vida escolar, há percepções distintas de aprendizagem. Somente um dos entrevistados estudou sempre em escola inclusiva, não tinha a presença de TILS, fazia uso de aparelho auditivo. Tinha dificuldade de compreensão dos conteúdos e fazia esforço para prestar atenção na leitura labial. Os outros quatro estudaram em escola de surdos, tiveram uma educação bilíngue em sua língua natural, todo o seu aprendizado foi feito em língua de sinais.

O acesso ao meio acadêmico foi feito em língua de sinais. As entrevistas apontam que o vestibular em Libras é algo mais eficaz para o acesso na prova, agrada a maioria dos surdos, viabilizando a melhor compreensão, do que ser expresso em Língua Portuguesa – língua esta que nem sempre é dominada por esse público (ROCHA; SANTOS, 2017). Pode ser observado que a prova em Libras promove mais segurança aos surdos quanto à compreensão do conteúdo e expressão do seu saber, gerando menor preocupação com as questões de compreensão da língua – no aspecto formal.

Os cinco entrevistados falaram da dificuldade de fazer uma prova do ENEM, prova que em algumas instituições públicas e privadas era feita somente em Língua Portuguesa. Esse diferencial de vestibular em Libras atraiu surdos de outros lugares do Brasil. Além de a UFSM proporcionar uma infraestrutura para melhor acolher acadêmicos, como Casa do Estudante, Restaurante Universitário, auxílios com projetos de pesquisa e extensão, e o principal, Tradutor Intérprete de Libras nos espaços da instituição, pois a maioria das instituições tem carência desse profissional. Vale ressaltar que, de acordo com o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), todas as universidades e escolas públicas devem contar com a presença de Tradutor Intérprete de Libras, caso haja surdo matriculado, direito esse assegurado pelas leis e decreto.

A UFSM disponibiliza ainda atendimentos diferenciados ofertado pela CAEd, como pedagoga, educadora especial, psiquiatra, psicólogo. Trata-se de um atendimento como AAE para os acadêmicos que apresentam alguma necessidade especial, mesmo que na lei não esteja previsto este tipo de atendimento no ensino superior, somente no ensino básico. A UFSM oferece esse serviço para os acadêmicos visando proporcionar um desempenho e acompanhamento na vida acadêmica. Todos esses atendimentos oferecidos aos acadêmicos surdos tem a presença de TILS. Em raras exceções conta também com a presença de educadora especial, que possui conhecimento e consegue se comunicar em Libras diretamente com o acadêmico surdo, e, portanto, faz o atendimento sem a presença de TILS.

Outra característica marcante que a UFSM tem, é o número expressivo de acadêmicos surdos nos mais diversos cursos de graduação, proporcionando um espaço de presença de TILS em sua formação e o acadêmico surdos tenha possibilidade de ter sua formação em qualquer área de interesse e possibilidade de encontrar com os seus pares linguísticos e tenham uma comunidade acadêmica para vivenciar. Fator esse que auxilia uma inclusão mais acessível, proporcionando condições de acessibilidade e permanência dos acadêmicos, amenizando as dificuldades no ambiente de conhecimento e preparação para o futuro profissional.

Os cinco entrevistados apresentaram dificuldade de compreensão da didática dos professores, dificuldade de entender os conteúdos, por não estarem adaptados de forma mais visual. Um dos pontos mais difíceis de que os estudantes destacaram envolveu a convivência no meio acadêmico, além de serem prejudicados pela barreira comunicacional que existe na relação professor e estudante, marcada pela falta de comunicação direta entre estudante e professor, sendo necessário a presença de TILS para mediar a comunicação entre ambos. O despreparo dos professores de adaptar as aulas, ou procurar ajuda na própria CAEd, que oferece esse serviço de apoio também aos docentes da instituição, pode ser visto como um fator de relevância a evasão dos acadêmicos ou o tempo maior para a conclusão dos cursos.

Os atendimentos especializados para a área de acessibilidade, na UFSM, são prestados pela CAEd, que busca descobrir qual a dificuldade que o acadêmico apresenta e o encaminha para um atendimento diferenciado para amenizar as suas dúvidas, incertezas, apoios para sua autonomia. Esse atendimento especializado vai ao encontro de favorecer a permanência e conclusão de sua graduação.

A CAEd ainda, não tem profissionais na área da psicologia fluentes na língua que possam estar prestando esse atendimento individual para os acadêmicos surdos. Quando solicitado esse pedido, o TILS irá fazer a mediação deste atendimento, uma constatação preocupante, pois esse TILS está na sala de aula e em todos os ambientes que for solicitado, o

que pode ocasionar constrangimento para o acadêmico, por compartilhar de assuntos tão pessoais e ter que estar em outras situações com o mesmo profissional interlocutor. Mesmo sabendo da existência de um código de ética do profissional, o constrangimento é perceptível.

O estudo de caso dos acadêmicos surdos, apresenta informações que podem ser obtidas com o próprio acadêmico surdo que vivencia o dia a dia dentro do espaço acadêmico. Apenas ele é capaz de falar o que sente no ensino superior, e que impacta a sua vida. As categorias apresentadas conversam, uma interfere na outra no processo de constituição desse sujeito adulto, profissional.

Todas as respostas que os surdos oferecem são da ordem subjetiva, são das suas vivências familiares, terapias em busca de cura ou “normalidade”, escolas, universidade e um passo para o futuro profissional. Essas respostas fazem a referência de como esses acadêmicos passaram pela graduação e carregam consigo seus registros do que vivenciaram.

Quando se aborda a formação acadêmica, encontram-se sujeitos que buscam ter um relacionamento de igualdade, ou sadio de crescimento, o que predispõe a construção de uma auto reflexão sobre os assuntos, buscando sua qualificação para entrar no mercado de trabalho, mas principalmente ter um sentimento de dignidade humana, de ser pertencente ao espaço social e integrador.

Às barreiras que são impostas na consciência, cabe manter latentes prerrogativas que evitam o máximo de ocorrência das ações discriminatórias, resultantes de preconceitos por parte de indivíduos ou grupos sociais. Quando se fala em preconceito, estamos falando de uma ação discriminatória que pode ou não ocorrer quando o sujeito busca encontrar a necessidade de legitimação de seus valores. Toda, e qualquer ação de discriminatória social como mecanismo de manifestação de preconceito, pode ocorrer de forma explícito e/ou sutil, produto e também produtor de marginalização, ou de segregação fomentada socialmente, em função das determinações sociais presentes na cultura (SANTOS, 2014). Situação essa, apresentada pelos entrevistados, no espaço acadêmico, que vai necessitar o auxílio para ser resolvida nos grupos vivenciados pelos acadêmicos.

O preconceito, inclusão e formação, requer um pensar mais aprofundado acerca da relação entre o sujeito, educação e sociedade, no qual a personalidade do mesmo vai sendo construída e, sustentada no processo de socialização responsáveis pela formação. Quando se olha ao longo da história, pode ser constatado relatos dos individuais, de como foi sendo constituído e concomitantemente, podem dificultar ou até mesmo, impedir que esse sujeito conquiste a sua autonomia em sua vida.

O sujeito para se sentir seguro, busca criar mecanismos psíquico ilusório frente a sua real importância diante de qualquer ameaça de sofrimento de medo e de perigo. A verdadeira formação, tem ao mesmo tempo a função de se adaptar o sujeito a viver em sociedade e, contraditoriamente, deve também proporcionar a autonomia, para que seja capaz de pensar e agir, segundo sua própria consciência, resultante de uma educação para a sua emancipação.

Estudos relacionados à vivência acadêmica de estudantes surdos devem continuar procurando alternativas de amenizar as barreiras de comunicação existentes. Além de proporcionar às instituições acadêmicas uma melhor forma de integrar o ensino de surdos nesses espaços, e devem proporcionar aos docentes orientações que possam auxiliar no ensino desses estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P.; FERREIRA, J. A. Questionário de vivências acadêmicas: construção e validação de uma versão (QVA-r). **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Braga, v. 3, n. 1, p. 181-207, 1999. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12080/1/Almeida%2c%20Ferreira%20%26%20Soares%2c%201999.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Decreto n. 5.626, 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.**

Brasília: MEC; SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em: 08 jun. 2018.

_____. **Recomendação nº 001**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, 2010.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 ago. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 out. 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Documento orientador Programa Incluir**: Acessibilidade na Educação Superior. Brasília: MEC, SECADI/SESu, 2013. Disponível em: <https://accessibilidade.ufg.br/up/211/o/Programa_Incluir_Ensino_Superior.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue**: Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI. Brasília: MEC/SECADI, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 02 set. 2018.

_____. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm>.

BUJES, M. I. E. Currículos da formação docente e práticas de subjetivação. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 33, p. 185 -199, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/88/179>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CASTRO, S. F. de. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. 278 f. Tese (Doutorado em Educação do Indivíduo Especial)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

DAROQUE, S. C.; PADILHA, A. M. L. Alunos Surdos no Ensino Superior: uma discussão necessária. **Comunicações**, Piracicaba, ano 19, v. 2, p. 23-32, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/download/1534/1088>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

FERNANDES, E.; RIOS, K. R. Educação com bilinguismo para crianças surdas. **Intercâmbio**, São Paulo, v. 7, p. 13-21, 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/intercambio/article/view/3998/2646>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

FERREIRA, J. A.; ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. C. Adaptação Acadêmica em Estudantes do 1º ano: diferenças de gênero, situação do estudante e curso. **PsicoUSF**, Itaíba, v. 6, n. 1, p. 1-10, jan. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712001000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 31 out. 2019.

FOSTER, S.; LONG, G.; SNELL, K. Inclusive instruction and learning for deaf students in postsecondary education. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, Oxford, v. 4, n. 3, p. 225-235, 1999. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15579890>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

GOULARTE, R. B. **Acesso e permanência no ensino superior**: estratégias de governamento da conduta dos alunos surdos incluídos. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

_____. et al. Educação inclusiva bilíngue para alunos surdos: pesquisa e ação em uma rede pública de ensino. In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos; MARTINS, V. R. de O. (Orgs.). **Escola e diferença**: caminhos para a educação bilíngue de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 13-28.

LEONARDO, N. S. T.; ROSSATO, S. P. M.; CONSTANTINO, E. P. Políticas públicas em educação e o fracasso escolar: as interlocuções com a psicologia. In: CAMPOS, H. R.; SOUZA, M. P.R. de; FACCI, M. G. D. (Orgs.) **Coletânea psicologia e políticas educacionais**. Natal: EDUFRN, 2016. p. 123-158.

LODI, A. C. B. Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos. In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 165-183.

LOPES, M. C. **Surdez & educação**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MIRANDA, W. **Comunidade dos surdos: olhares sobre os contatos culturais**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MÜLLER, J. I.; KARNOPP, L. B. Educação Bilíngue: um olhar para escolas de surdos. In: Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 7., 4., 2017, Canoas/RS. **Anais...** Canoas/RS: Universidade Luterana do Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.sbece.com.br/resources/anais/7/1495334553_ARQUIVO_MULLER_KARNO PP_SBECE2017.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROCHA, L. R. M. **O que dizem surdos e gestores sobre vestibulares em Libras para ingresso em universidades federais**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

_____.; SANTOS, L. F. dos. O que dizem os estudos surdos da Universidade Federal de Santa Maria sobre a sua permanência no ensino superior. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 826-847, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/9452>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SANTOS, L. F. **O fazer do intérprete educacional: práticas, estratégias e criações**. 2014. 203 p. Tese (Doutorado em Educação do Indivíduo Especial)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SILVA, A. M.; CYMROT, R.; D'ANTINO, M. E. F. Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 667-697, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812012000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SKLIAR, C. Apresentação: a localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade de educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 07-14.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução n. 011/07**. Institui, na Universidade Federal de Santa Maria, o Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social e revoga a Resolução n. 009/07. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/afirme/images/011-07.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Resolução nº 33/2015**. Regulamenta o processo de acompanhamento pedagógico e cancelamento de matrícula e vínculo com a Universidade Federal de Santa Maria, e revoga a

Resolução Nº. 009/98. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2015. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ce/images/RESOLU%C3%87%C3%83O_N._0332015.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. **Resolução n. 019/2016.** Aprova a criação da Coordenadoria de Ações Educacionais da UFSM como órgão executivo da administração superior diretamente subordinada ao Gabinete do Reitor e institui seu regulamento interno. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/wp-content/uploads/sites/391/2018/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o__019-2016_CAED.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. **Resolução n. 030/2017.** Aprova a alteração do Regulamento Interno da Coordenadoria de Ações Educacionais da UFSM, Órgão Executivo da Administração Superior. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/wp-content/uploads/sites/391/2018/08/030-2017.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2019.

_____. **Resolução n. 002/2018.** Regula as formas de ingresso aos Cursos de Graduação e Ações Afirmativas correlatas da Universidade Federal de Santa Maria e revoga a Resolução n. 011/07. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2018. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=9007497>>. Acesso em: 31 out. 2019.

VALENTINI, C. B.; BISOL, C. A. **Inclusão no ensino superior:** especificidades da prática docente com estudantes surdos. Caxias do Sul: Educs, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Por meio deste questionário, pretende-se conhecer a sua opinião e sentimentos em relação a diversas situações vivenciadas na academia. Está dividido em cinco dimensões de sua vida: pessoal, relacionamento interpessoal, estudo, profissão e instituição. Todas procuram abranger as suas experiências cotidianas, enquanto estudante do Ensino Superior. Assegurando a confidencialidade das respostas, solicitamos que preencha ou responda em Língua de Sinais todas as questões abaixo, de acordo com sua trajetória e atual momento. Agradecemos a total honestidade na sua resposta.

Por favor, não deixe nenhuma questão sem responder. Antes de começar, certifique-se de que compreendeu o que pretende e a forma que vai escolher para responder. Não existe um tempo limite para o preenchimento. Favor iniciar o preenchimento.

Dados de identificação:

1. Nome:
2. Sexo: Masculino () Feminino () Não declarado ()
3. Idade:
4. Curso que faz?
5. Ano em que entrou na UFSM?
6. Qual foi a sua forma de ingresso na instituição: () vestibular () vestibular em Libras () cota
7. Como avalia essa forma de ingresso?
8. Em que semestre se encontra agora?
9. Quantos semestres faltam ainda para se formar?
10. Em que turno tem aula?
11. Trabalha () sim () não.
12. Se sim, onde trabalha?
13. O que faz?
14. Qual turno de trabalho?
15. Qual é o valor de sua remuneração?
16. Participa de algum projeto de pesquisa, extensão da UFSM?
17. Qual é o nome do Projeto?
18. Recebe alguma bolsa?

19. Por que escolher participar desse projeto?
20. Faz algum atendimento especializado na CAED?
21. Qual? E a quanto tempo faz esse atendimento?
22. Você é surdo?
23. É usuário da Língua Brasileira de Sinais?
24. Precisa de Tradutora Intérprete de Sinais para se comunicar?
25. Faz uso de aparelho auditivo?
26. Com que idade ficou surdo?
27. Por qual o motivo você ficou surdo?

Questões da entrevista semiestruturadas:

Pessoal

1. Como me sinto nesse momento da minha vida?
2. Como me sinto no ambiente da UFSM?
3. Minha família me apoia com o curso que estou fazendo?
4. Tenho momento de angústia? Quais são eles?
5. A quem procura quando não estou bem?
6. Já tive atendimento com psicóloga fluente em libras?
7. Como descrevo minha qualidade de vida?
8. Costumo ter variação de humor?
9. Em que momentos isso acontece?
10. Como percebo essa variação de humor?
11. Nos últimos tempos me tornei mais pessimista? Por quê?
12. Administro bem o meu tempo?
13. Pode me dar exemplo?
14. Gosto de desafios na vida? Por quê?
15. Penso em muitas coisas que me deixam triste?
16. Quando isso ocorre?
17. O que faço na hora do meu lazer?
18. Pratico esporte?
19. Alimento-me bem?

Relacionamento Interpessoal

1. Faço amigos surdos e ouvintes com facilidade na minha Universidade?
2. Como é o diálogo com os colegas surdos e ouvinte?
3. Como é o relacionamento com os colegas ouvintes?

4. Como é o relacionamento de amizade com os outros acadêmicos surdos da Universidade?
5. Como é o relacionamento com meus professores?
6. Meus professores se interessam em aprender libras para se comunicar comigo?
7. Qual a principal forma de comunicação com os professores ouvintes?
8. Como é o relacionamento com os Intérpretes de Língua de Sinais?
9. Sou visto como uma pessoa amigável e simpática por outras pessoas?
10. Como é o relacionamento no departamento do meu curso?

Estudo

1. Porque eu escolhi o curso que frequento?
2. Tive orientação profissional no segundo grau?
3. Como me organizo para estudar?
4. Quantas horas por dia me dedico ao estudo?
5. Há um “tratamento” diferenciado para que eu possa acompanhar o conteúdo das disciplinas?
6. Meus professores me disponibilizam tempo extra nas provas, caso precise? Já solicitei?
7. Meus professores fazem correções diferenciadas de sua forma de escrita do português como segunda língua ao corrigir as avaliações e trabalhos?
8. Meus professores retomam o conteúdo da aula para mim quando o intérprete de Libras precisa se ausentar? Solicito ao professor?
9. Meus professores disponibilizam a mim ou ao TILS, com antecedência, o material que irá ser utilizado em sala de aula? Como isso ocorre?
10. Os professores me atendem em outro horário caso eu tenha dúvida de conteúdo exposto em sala de aula?
11. Em minha casa, como me organizo para estudar? Tem espaço para isso?
12. Procuo o professor quando não entendi o conteúdo?
13. Nos estudos estou conseguindo acompanhar o ritmo dos meus colegas de turma?
14. Participo do projeto de apoio pedagógico da CAED/UFSM?
15. Participo de outros projetos para sanear as minhas dúvidas?
16. Se caso não participo, por que não procuro ajuda?
17. Quem eu procuro quando tenho dúvida?
18. Sou feliz com a minha graduação, e faço o curso que sempre sonhei?
19. Pretendo fazer pós-graduação? Que pós faria?
20. Gostaria de estar em outra universidade?
21. Já pensei em desistir da graduação? Por quê?

22. Pedir transferência para outro curso ou instituição?
23. Sou pontual ao chegar na minha aula? Caso contrário, por que não consigo chegar na hora certa?
24. Entrego os trabalhos no dia combinado com os professores?
25. Auxílio o ensino de Libras em sua sala de aula para melhorar a comunicação com meus colegas ouvintes?
26. Eu me reúno com os colegas ouvintes para estudar e tirar dúvidas?

Institucional

1. Quem me recebeu quando fiz minha matrícula na UFSM?
2. Como a instituição se preocupa com a minha acessibilidade no espaço da UFSM?
3. A Universidade/Núcleo de Apoio faz reunião para eu expor as minhas necessidades?
4. Exponho à Coordenação de Apoio às minhas necessidades?
5. A minha Universidade tem boa infraestrutura? O que poderia mudar?
6. A biblioteca da minha universidade é completa? Atende as minhas necessidades?

Relação com o TILS

1. Como é o meu relacionamento com o TILS da UFSM?
2. Os TILS são fluentes em Libras para o trabalho feito em sala de aula?
3. Nas avaliações (provas) o TILS interpreta a prova para Libras?
4. Os TILS me acompanham em atividades que eu preciso extra sala de aula, como tirar dúvida com o professor, ou reforço?
5. Os TILS que te atendem sugerem para os professores adequação (materiais de uso visual) para melhor compreensão sua?
6. Na minha percepção, os TILS têm bom relacionamento com os professores ouvintes e vice-versa?
7. Na minha percepção, os TILS têm bom relacionamento com os colegas ouvintes em sala de aula?
8. Tive intérprete sempre que precisei?
9. Acho que é importante a presença de um intérprete na aula ou outras atividades acadêmicas? Por que?
10. Quando não conto com intérprete na universidade como me comunico? Ou o que faço para dar conta de minhas atividades acadêmicas?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO *ONLINE*

Este formulário foi desenvolvido para saber o grau de satisfação que os Acadêmicos Surdos sentem nas Tradução e Interpretação em Libras no espaço da UFSM.

A Tradução e Interpretação em Libras é de fundamental importância para diminuir as barreiras comunicacionais que se tem no espaço acadêmico.

Peço a gentileza de responder o questionário abaixo, para auxiliar no levantamento de dados sobre a sua acessibilidade comunicacional e o serviço de Tradução e Interpretação de Libras.

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE!!!

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar deste estudo cujo objetivo é conhecer a vivência acadêmica de estudantes surdos na UFSM. Acreditamos que ele seja importante porque seus resultados podem contribuir com estudantes e profissionais da Psicologia e da Educação, bem como com as Instituições de Ensino Superior e ao grande público ao fornecer informações sobre o atual estado da percepção de estudantes surdos sobre a experiência na universidade, localizada no interior do Rio Grande do Sul. Para sua realização, os dados serão coletados através de um questionário *online*, no qual servirão de base para algumas análises estatísticas. Sua participação constará de preencher de forma voluntária o questionário disponibilizado pela pesquisadora, mantendo o maior nível de transparência e fidedignidade dos fatos.

Acredita-se que a presente pesquisa não possui potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana. Os possíveis benefícios decorrem da possibilidade de reflexão que o questionário oportuniza sobre a trajetória e vivência acadêmica. Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa¹.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

¹ Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55)3220-8009. Email: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/cep

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Todo material desta pesquisa será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia da UFSM localizado na Avenida Roraima, 1000, 97105-900 prédio 74-B, 3º andar sala 3210, Santa Maria - RS, sendo destruído após cinco anos da realização do estudo.

Agradecemos a colaboração dos participantes na realização dessa atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora-orientadora do projeto, Prof^ª. Dr^ª. Samara Silva dos Santos e a pesquisadora Mariléia Lúcia Stolz que podem ser contatadas pelo telefone: (55) 32209304 ou (55) 981146370 ou através dos e-mails silvadossantos.samara@gmail.com e marileiastolz01@gmail.com. Os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM são: Av. Roraima, 1000 - 97105-900 – Santa Maria - RS 2º andar do prédio da Reitoria. Telefone: (55) 3220-9362 - E-mail: cep.ufsm@gmail.com.

Autorização

Após a leitura, declaro que fui informado (a), de forma clara e detalhada, sobre minha participação, bem como sobre os objetivos e a justificativa do presente estudo e expresso minha concordância em participar deste.

a- Sim - “Estou ciente e concordo em participar da pesquisa”

b- Não - “Não concordo em participar da pesquisa”

Questionário

1) Você é surdo usuário da Língua de Sinais?

sim não outro

2) Sexo

Feminino masculino Prefiro não me declarar

3) Faço curso de:

Tecnólogo (CTISM)

Tecnólogo (Politécnico)

Graduação (Politécnico)

Graduação

Especialização

Pós Graduação Mestrado

Pós Graduação Doutorado

4) Qual é sua idade? _____

5) A sua aula sempre tem Tradutor Intérprete de Libras fazendo a mediação aluno - professor, professor - aluno, aluno - aluno.

Sim Não Indiferente

6) O seu professor consegue se comunicar em Libras com você? Quantos professores sabem Libras? _____

7) Os seus colegas conseguem se comunicar em Libras com você ? Quantos colegas sabem Libras? _____

8) Durante a aula, você prefere um ou dois intérpretes para fazer a Interpretação da aula, dando apoio e troca a cada 20 minutos para o processo de interpretação não ser prejudicado

1 Intérprete 2 Intérprete Indiferente

9) A vestimenta do intérprete prejudica a sua visibilidade com os sinais.

Sim Não Indiferente

10) O uso de telefone celular pelo Intérprete em sala de aula prejudica a sua atenção na hora da interpretação.

Sim Não Indiferente

11) Você contribui na interpretação quando o Intérprete não conhece o sinal. Passando o sinal para o intérprete. Pesquisando sinais que podem auxiliar na sua compreensão do conteúdo.

Sim Não Indiferente

12) Você se importa com a formação continuada do Tradutor Intérprete de Libras, mesmo que ele precise se ausentar de suas atividade frente aluno, isso te prejudica?

Sim Não Indiferente

13) É importante que o Tradutor Intérprete de Libras invista na sua qualificação continuada.

Sim Não Indiferente

14) Você considera o Tradutor Intérprete de Libras um sujeito ético.

Sim Não Indiferente

15) Você já teve algum problema de relacionamento pessoal com o Tradutor Intérprete de Libras.

Sim Não Indiferente

16) Como avalia a fluência da Tradução e Interpretação de Libras dos TILS da sua Instituição.

Ruim Bom Ótima Excelente

17) Você conhece os sinais específicos de cada disciplinas apresentados pelo intérprete na sala de aula.

Sim Não Indiferente

18) Você combina sinais específico da sua área de formação com o intérprete?

Sim Não Indiferente

19) Quando vai apresentar algum trabalho, você senta com o intérprete e combina o que vai apresentar de trabalho a ser avaliado?

Sim Não Indiferente

20) Como se auto avalia no seu desempenho acadêmico?

Ruim Bom Ótimo Excelente

21) Espaço para colocar sugestões para auxiliar na sua comunicação e atuação do tradutor intérprete de Libras. _____

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Tatiane Negrini, abaixo assinado, responsável pelo Núcleo de Acessibilidade/CAED da UFSM, autorizo a realização do estudo Vivência Acadêmica de Estudantes Surdos na UFSM, no GAP nº 048126, Departamento de Pós Graduação em Psicologia a ser conduzido pelos pesquisadores Mariléia Lúcia Stolz, Mestranda em Psicologia, matrícula nº 201760144 e Samara Silva dos Santos, Orientadora, SIAPE nº 2029443, Professora do Departamento de Psicologia.

O estudo só poderá ser realizado se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e com termo de responsabilidade, previsto no artigo 61 do decreto nº. 7.724/2012, assinado pelo requerente. Santa Maria, 05 de fevereiro de 2018.

Nome, cargo e lotação

(carimbo)

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Professora Dr^a Samara Silva dos Santos
ENDEREÇO: Av. Roraima, 1000 Prédio 74 B, 3º S - 3210 - Camobi

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**Título do Projeto: Vivência Acadêmica dos Estudantes Surdos na UFSM**

Prezado participante:

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo conhecer a vivência acadêmica de estudantes surdos na UFSM.

A opinião dos participantes acerca da temática apresentada será coletada a partir da realização de entrevistas semiestruturadas e do preenchimento de um questionário *online*. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para análise qualitativa das informações coletadas. As identidades dos participantes serão mantidas em sigilo e as informações serão utilizadas para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes. Os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isso lhes traga prejuízo.

Sempre que achar necessário, você poderá solicitar esclarecimentos sobre aspectos da pesquisa, sendo também possível desistir de sua participação em qualquer etapa do trabalho, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Este documento será assinado em duas vias, uma permanecerá com você e a outra ficará com os pesquisadores.

Caso sejam identificadas situações, durante a realização das entrevistas, de desconforto psicológico, a pesquisadora responsabilizar-se-á por avaliar a situação e, se houver necessidade de atendimento psicológico, fará o encaminhamento do participante. Os benefícios para os participantes poderão decorrer da disponibilidade de escuta oferecida pelas pesquisadoras e pela reflexão oportunizada no momento da realização das entrevistas e da observação. Todo material dessa pesquisa será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia da UFSM, sendo destruído após cinco anos da realização das entrevistas.

Agradecemos a colaboração dos participantes na realização dessa atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora-orientadora do projeto, Professora Dr^a. Samara Silva dos Santos, e a pesquisadora Mariléia Lúcia Stolz que podem ser contatadas pelo telefone: (55) 32209304 ou (55) 981146370. Os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM são: Av. Roraima, 1000 – Prédio da Reitoria – 7º andar – sala 702 – Camobi – Santa Maria – telefone (55) 32209362.

Autorização: Eu _____ (nome do participante) fui informado dos objetivos e da justificativa dessa pesquisa, sobre fatores de risco e proteção em adolescentes, de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar esse termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar desse estudo.

Assinatura do participante

DATA:/...../.....

Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde/UFSM²

DATA:/...../.....

² Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55)3220-8009. Email: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/cep

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: Vivência Acadêmica de Estudantes Surdos na UFSM

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Samara Silva dos Santos

Instituição/Departamento: UFSM/Departamento de Psicologia

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220 9233. Avenida Roraima, 1000, 97105-900 prédio 74-B, 3º andar sala 3210, Santa Maria - RS

Local da coleta de dados: Coleta *Online*

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar deste estudo cujo objetivo é conhecer a vivência acadêmica de estudantes surdos na UFSM. Acreditamos que ele seja importante porque seus resultados podem contribuir com estudantes e profissionais da Psicologia e da Educação, bem como com as Instituições de Ensino Superior e ao grande público ao fornecer informações sobre o atual estado da percepção de estudantes surdos sobre a experiência na universidade, localizada no interior do Rio Grande do Sul. Para sua realização, os dados serão coletados através de um questionário *online*, no qual servirão de base para algumas análises estatísticas. Sua participação constará de preencher de forma voluntária o questionário disponibilizado pela pesquisadora, mantendo o maior nível de transparência e fidedignidade dos fatos.

Acredita-se que a presente pesquisa não possui potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana. Os possíveis benefícios decorrem da possibilidade de reflexão que o questionário oportuniza sobre a trajetória e vivência acadêmica. Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa³.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Todo material desta pesquisa será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia da UFSM localizado na Avenida

³ Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55)3220-8009. Email: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/cep

Roraima, 1000, 97105-900 prédio 74-B, 3º andar sala 3210, Santa Maria - RS, sendo destruído após cinco anos da realização do estudo.

Agradecemos a colaboração dos participantes na realização dessa atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora-orientadora do projeto, Prof^ª. Dr^ª. Samara Silva dos Santos e a pesquisadora Mariléia Lúcia Stolz que podem ser contatadas pelo telefone: (55) 32209304 ou (55) 981146370 ou através dos e-mails silvadossantos.samara@gmail.com e marileiastolz01@gmail.com . Os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM são: Av. Roraima, 1000 - 97105-900 – Santa Maria - RS 2º andar do prédio da Reitoria. Telefone: (55) 3220-9362 - E-mail: cep.ufsm@gmail.com.

Autorização

Após a leitura, declaro que fui informado (a), de forma clara e detalhada, sobre minha participação, bem como sobre os objetivos e a justificativa do presente estudo e expressei minha concordância em participar deste.

a- Sim - “Estou ciente e concordo em participar da pesquisa”

b- Não - “Não concordo em participar da pesquisa”